

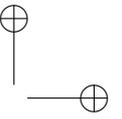
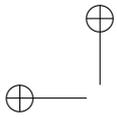
A LÍNGUA
DA “CORRECÇÃO POLÍTICA”



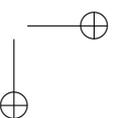
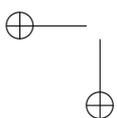
António Bento

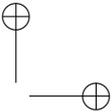
2008

www.lusosofia.net



Luso**Sofia**:press





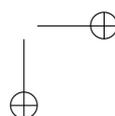
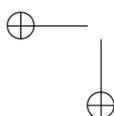
A Língua da “Correcção Política”

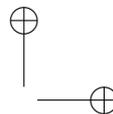
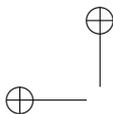
António Bento
Universidade da Beira Interior

Índice

I. Breve histórico do “politicamente correcto”	2
II. Teratologia “politicamente correcto”	9
III. Estilística do “politicamente correcto”	14
IV. Genealogia linguística do “politicamente correcto”	18
V. Genealogia política do “politicamente correcto”	28
VI. Casos de estudo do “politicamente correcto”	39
VII. Apostasia do “politicamente correcto”	42

“No início de 1993, o estado de Maryland descobriu que tinha um problema quando alguém reparou que o lema estadual *Fatti maschii, parole femine* (feitos masculinos, palavras femininas) não era somente estranho e imbecil, mas também sexista. A dificuldade era que o lema estava impresso nos documentos oficiais do estado e gravado em todos os seus monumentos e edifícios públicos, e já era conhecido há muito tempo. Depois de muito debater, os legisladores estaduais chegaram a um engenhoso compromisso. Em vez de alterar o lema, decidiram alterar a tradução. Agora, quando um cidadão de Maryland vê *Fatti*





maschii, parole femine, pensa que isso significa “Grandes feitos, gentis palavras”. E todos foram dormir de consciência tranquila”¹.

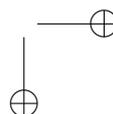
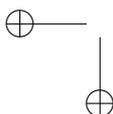
I – BREVE HISTÓRICO DO “POLITICAMENTE CORRECTO”

Poucos assuntos, nas últimas décadas, despertaram na opinião pública das democracias liberais dos países ocidentais tantos debates e tantas controvérsias como o tema que passou a ser conhecido como “politicamente correcto”². Na raiz deste movimento em prol de uma linguagem completamente livre de preconceitos, está o sentimento – louvável, mas problemático – de que um uso social consciente da linguagem pode, por si mesmo, mediante o recurso adequado a certas “correções”, evitar ofensas e poupar a discriminações injustas todas aquelas pessoas que, por este ou por aquele motivo, são mais vulneráveis ao sentido cru das palavras.

Nascido nos Estados Unidos da América no final dos anos 60 do

¹Cf. Bill Bryson, “O inglês americano de hoje”, in *Made in America* [1994], Quetzal Editores, Lisboa, 2006, p. 523.

² Descrevendo a extensão do “politicamente correcto” e a sua incidência tanto dentro como fora das fronteiras nacionais, observa José Pacheco Pereira o seguinte: “Os efeitos devastadores do ‘politicamente correcto’ chegam ao vocabulário, à codificação dos costumes, à censura, aos tribunais, às universidades, à teologia. As histórias aos quadrinhos de Walt Disney foram expurgadas, os cigarros apagados de filmes antigos, a “negação do holocausto” e do genocídio arménio foram criminalizados, a obra de Fernão Mendes Pinto foi recusada numa colecção da UNESCO pelo seu conteúdo colonialista e agressivo contra os não-europeus, os livros para adolescentes de Enid Blyton foram reescritos, os murais da Assembleia da República representando a submissão de uns negros a Vasco da Gama não podem ser mostrados a governantes africanos, o *Charlie Hebdo* foi a tribunal por causa das caricaturas que fez a Maomé, a ópera alemã encerrou um espectáculo em que aparecia a cabeça cortada do profeta, e um imenso etc. que cresce todos os dias.” Cf. José Pacheco Pereira, “Hábitos velhos e relhos”, in *Público*, 31 de Março de 2007.





A Língua da “Correcção Política”

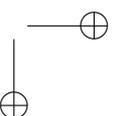
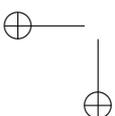
século passado, mas amadurecido, normalizado e institucionalizado sobretudo com a chegada de Bill Clinton a Presidente, o fenómeno da “*political correctness*” está, por um lado, intimamente ligado ao problema conhecido como “multiculturalismo”, e, por outro, intrinsecamente associado ao reconhecimento político dos “direitos das minorias”.

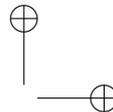
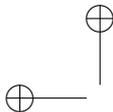
Enquanto princípio revolucionário de uma reforma das “mentalidades”, a “*political correctness*” procura agir directamente sobre o seu veículo essencial, isto é, “corrigindo” as representações da linguagem, “corrigindo” o vocabulário, ela deve ser capaz de levar a cabo um “*endireitamento*” tal nas “mentalidades”... que não apenas extirpe das próprias palavras todos os juízos de valor, como “corrija” também, julgando mesmo as suas “intenções”, todas as acepções potencialmente discriminatórias que as palavras possam conter ou sugerir.

Mas se é verdade que para uma efectiva compreensão do “politicamente correcto” a questão da “correcção da língua” é importante, e mesmo decisiva, ela deve, contudo, ser integrada e esclarecida numa querela mais vasta, que abrange as próprias definições de “cultura” e de “identidade” norte-americanas, as quais, desde os Pais Fundadores até ao presente, foram e continuam a ser fontes de intensas controvérsias.

Não por acaso, os ovos da experiência do movimento do “multiculturalismo” e da “*political correctness*” foram inicialmente chocados, ainda nos anos 80 do século passado, em certos ninhos das universidades americanas. Com efeito, em 1989, o “*Chairman*” (aliás, a “*Chairperson*”) da Universidade de Michigan instaurou um conjunto de regras (justamente um “código de linguagem”) que proibia e sancionava todo o comportamento, “verbal ou físico”, susceptível de “*estigmatizar*” um indivíduo por uma *sua* qualquer característica (“raça”, “etnicidade”, “género”, “orientação sexual”, “estatuto conjugal”, etc.).

Mas se os defensores do “multiculturalismo” puderam, então, ser ouvidos pelo conjunto da sociedade norte-americana foi, antes de mais, porque o “idioma” político em que decidiram expressar as suas reivindicações cavalgou de maneira oportuna uma tradição “*pluralista*” cujas



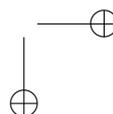
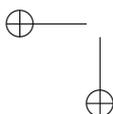


raízes calam fundo no seio da cultura política norte-americana. Ao reclamar a legitimidade política das suas reivindicações, invocando, para isso, a “*Freedom of Speech*” garantida pela 1ª Emenda da Constituição Norte-Americana, não surpreende que o movimento “multiculturalista”, na sua crítica política radical das desigualdades e das opressões que atravessaram a história norte-americana, tivesse escolhido a Universidade como o local de eleição para a reclamação dos seus direitos e para a publicitação dos seus actos. Com efeito, se o ensino superior norte-americano é o lugar institucional onde se transmite a interpretação dominante da história dos norte-americanos e das suas “raízes” culturais, ele é também a instância onde a promoção de políticas de recrutamento inspiradas pelas versões radicais da chamada “*affirmative action*” mais facilmente ganha o que hoje se chama “visibilidade mediática”.

Exemplo elucidativo do funcionamento do “politicamente correcto” nas Universidades norte-americanas é aquele que Phillip Roth descreve no seu romance *The Human Stain*³. Coleman Silk, a personagem central da narrativa, fora, durante quinze anos, reitor na Universidade de Athena. Em 1995, tendo deixado de ser reitor para poder terminar a sua longa carreira na sala de aulas, voltou, como era sua vontade, a ensinar a sua especialidade: estudos clássicos. Até que um dia, a meio do seu segundo semestre de novo como professor a tempo inteiro, Coleman faz, uma vez mais, a chamada dos alunos, a fim de decorar os nomes dos seus estudantes. Como na quinta semana do semestre ainda havia dois nomes a que ninguém respondera, na semana seguinte Coleman iniciou a aula fazendo a seguinte pergunta: “Alguém conhece estas pessoas? Existem mesmo ou são *spooks*?”⁴. É esta a pergunta que dá

³ O romance de Phillip Roth (vencedor do Prémio Pulitzer) foi entretanto adaptado ao cinema num filme homónimo realizado por Robert Benton, que conta com a participação, entre outros, dos actores Anthony Hopkins (Coleman Silk) e Nicole Kidman (Faunia Farley).

⁴ Cf. Phillip Roth, *The Human Stain*, Vintage Books, Random House, New York, 2001, p. 6.





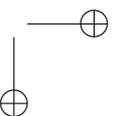
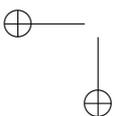
A Língua da “Correcção Política”

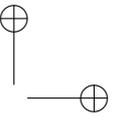
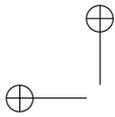
início ao enredo do livro. Pergunta fatídica, na verdade, pois será ela que levará Coleman Silk a cortar todos os laços com a Universidade.

Consultando o *Webster’s Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language*, o que encontramos como primeiro significado na entrada “spook”? Como significado principal? “1. *Informal.* um fantasma; espectro. 2. *Calão.* um escritor fantasma. 3. *Calão.* uma pessoa excêntrica. 4. *Calão* (depreciativo e ofensivo). um preto (a black person)”⁵. Nesse mesmo dia, Coleman é chamado ao novo reitor, a fim de responder à acusação de racismo entretanto apresentada contra ele pelas duas estudantes faltosas. Ficou, então, a saber que as estudantes em causa eram “afro-americanas” e que, apesar de terem faltado à aula, haviam já tomado conhecimento da frase com que Coleman questionara publicamente a sua ausência. Uma vez interrogado e confrontado com a palavra auto-incriminadora, eis o que Coleman Silk respondeu ao novo reitor:

“Mas eu estava, porventura, a referir-me à natureza ectoplásmica dos alunos? Não é evidente que não estava?! Essas duas estudantes não tinham comparecido a uma única aula. Isso é tudo o que eu sabia a seu respeito. Usei a palavra no seu significado habitual e principal: “spook” como um espectro ou um fantasma. Não fazia a menor ideia de qual poderia ser a sua cor. Já soube, talvez há uns cinquenta anos atrás, que “spooks” era um termo odioso por vezes aplicado aos negros (to blacks). Caso contrário, como sou absolutamente meticuloso com as susceptibilidades dos estudantes, jamais teria usado essa palavra. Considere o contexto: Elas existem mesmo *ou* são ‘spooks’? A acusação de racismo é espúria. É absurda. Os meus colegas sabem que é absurda e os meus alunos sabem que é absurda. A questão, a única questão, é a ausência dessas duas estudantes e a sua flagrante e indesculpável negligência no estudo. O que é exasperante é que a acusação não é apenas falsa – é espectacularmente falsa.” [...] “Mas, professor Silk”, retorquiu o novo reitor, “não foi com esse sentido que a palavra foi in-

⁵ Cf. *Webster’s Encyclopedic Unabridged Dictionary of the English Language*, Gramercy Books, Random House Value Publishing, New York, 1996, p. 1843.



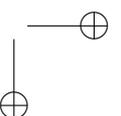
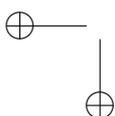


terpretada. Permita que lhe leia o segundo significado do dicionário: '2. *Depreciativo*. um preto'. Foi com esse sentido que foi interpretada, e o senhor também pode ver a lógica da frase: Alguém as conhece, ou são pretas (blacks) que vocês não conhecem?". "Se a minha intenção", objecta Coleman, "fosse dizer: 'Alguém as conhece, ou não as conhecem porque são pretas (blacks)?', seria isso que eu teria dito. 'Alguém as conhece, ou nenhum de vocês as conhece por se tratar de duas estudantes pretas? Alguém as conhece, ou elas são pretas (blacks) que ninguém conhece?' Se eu tivesse querido dizer isso, tê-lo-ia dito *exactamente assim*. Mas como é que eu poderia saber que eram estudantes pretas (blacks) se jamais lhes pus os olhos em cima, e se, tirando os seus nomes, nada sabia a seu respeito? O que sabia, incontestavelmente, é que eram estudantes *invisíveis* – e a palavra para invisível, para um fantasma, para um espectro, é a palavra que eu usei no seu significado principal: spook." [...] Tendo dito o estritamente suficiente em sua defesa, considerando o assunto encerrado, o ex-reitor Coleman Silk foi para casa"⁶.

O emblemático exemplo de *The Human Stain*, com o trágico destino de Coleman Silk, é sumamente eloquente quando se trata de perscrutar os meandros obscuros do "politicamente correcto" e de avaliar a sanha persecutória que, não raras vezes, motiva os seus acólitos universitários. Como uma palavra involuntária, dita espontaneamente, sem, aparentemente, se precisar sequer de pensar, pode, afinal, trair ou perder para sempre aquele que inadvertidamente a profere...!

Mas... regressemos à Universidade. A fim de combaterem o "etnocentrismo ocidental" e a perpetuação hegemónica de uma cultura imperialista "WASP" que eles dizem ser falsamente universalista, uma cultura dominada por "brancos do sexo masculino", certos sectores radicais das universidades norte-americanas propuseram uma reforma radical dos programas escolares dos "Colleges" e das Universidades. Criticando o carácter "ocidentalista", "fechado" e "elitista" do cânone universitário, os "multiculturalistas" depressa decretaram que Platão,

⁶ Cf. Phillip Roth, *The Human Stain*, pp. 6-7 e 84-85.





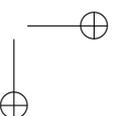
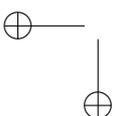
A Língua da “Correcção Política”

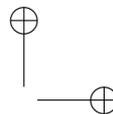
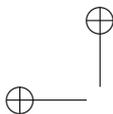
Descartes e Kant não são representantes de uma tradição racionalista universal, mas apenas “*Dead White European Males*” (DWEM), cuja sobrerepresentação deveria, por isso, ser compensada pela introdução no cânone universitário de textos escritos por autores não-ocidentais, de raça não “caucasiana”, de preferência de sexo feminino e, se possível, homossexuais.

Um dos primeiros produtos – demolidor, mas também caricato – desta empresa de “purificação” da língua levada a cabo pelos “multiculturalistas” ressentidos contra o assim chamado “etnocentrismo ocidental” foi a transformação de um “*negro*” num “*afro-americano*” e de um “*índio*” num “*nativo americano*”⁷. Mas logo outros se lhe seguiram,

⁷ Note-se que a expressão “nativo americano” é, por si mesma, significativa: evidentemente, não havia “americanos” antes da “descoberta da América” (expressão esta, claro está, “incorrecta”, porque manifestamente “eurocêntrica”). Contudo, “nativo americano”, na boca de um “multiculturalista”, é apenas a maneira que este encontra para denunciar a pretensão arrogante dos “WASP” de encarnarem e representarem a raiz fundamental da identidade norte-americana. Recordo aqui a sugestão do ex-Presidente da República Portuguesa, Mário Soares, aquando de uma sua visita de Estado ao Brasil, propondo que às “Descobertas” dos portugueses nas “terras de Vera Cruz” (recorde-se a “Carta de Achamento do Brasil”, de Pêro Vaz de Caminha) se passasse a chamar “encontro de culturas”. Passo aqui por alto o problema da “reescrita da história” que a “correção política”, com a sua ânsia de neutralização moral de todo o material histórico, põe frequentemente na ordem do dia. Felizmente, mas talvez apenas por agora, não chegou ainda a Portugal a exigência, completamente verosímil (exequível) nos Estados Unidos da América, de uma “correção política” do seguinte poema de Álvaro de Campos. Com efeito, diz este heterónimo de Fernando Pessoa:

”Eh-eh-eh-eh-eh-eh-eh-eh-eh! // Homens que erguestes padrões, que destes nomes a cabos! // Homens que negociastes pela primeira vez com pretos! // Que primeiro vendestes escravos de novas terras! // Que destes os primeiros espasmos às negras atónitas! // Que trouxestes ouro, missanga, madeiras cheirosas, setas, // De encostas explodindo em verde vegetação! // Homens que saqueastes tranquilas povoações africanas, // Que fizestes fugir com o ruído de canhões essas raças. // Que matastes, roubastes, torturastes, ganhastes // Os prémios de Novidade de quem, de cabeça baixa // Arremete contra o mistério de novos mares! // Eh-eh-eh-eh-eh! // A vós todos num, a vós todos em vós todos como um // A vós todos misturados, entrecruzados. // A vós todos sangrentos, violentos, odiados, temidos, sagrados, // Eu vos saúdo, eu vos



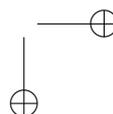
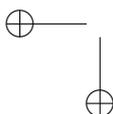


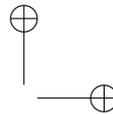
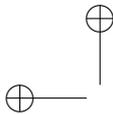
em catadupa, que dão bem a medida do zelo farisaico do “politicamente correcto” e da extensão capilar do novo léxico. Entre o extenso rol dos eufemismos absurdos e dos neologismos assépticos propostos pelos novos Ayatollahs da palavra constam prodigiosas criações verbais que configuram uma verdadeira polícia da palavra. Assim, foram criadas inúmeras expressões que, de modo neutro e com eficácia, deveriam substituir com “vantagens” os seus “equivalentes” “politicamente incorrectos”: *diferently hirsute* para careca, *custody suite* para cela de prisão, *alternative dentation* para dentes postiços, *vocally challenged* para mudo, *developmentally challenged* para atrasado mental, *chemically inconvenienced* para intoxicado, *involuntarily domiciled* para sem-abrigo, *temporary cessation of hostilities* para tréguas, *terminological inexactitude* para mentira, *wildlife management* para permissão de caçar ou de matar animais, etc., etc., etc.

Como observa Umberto Eco, referindo-se ao furor higiénico e inquisitorial que se apoderou do movimento do “politicamente correcto” nos seus primeiros tempos: “Houve quem começasse a dizer que *man-kind* era uma expressão sexista, por causa do prefixo *man*, que excluiria as mulheres da humanidade, e decidiu-se substituí-lo por *humanity*, óbvia ignorância terminológica, já que este termo também deriva de *homo* (e não de *mulier*)”⁸. Daqui até que o prefixo *man* fosse removido de uma variedade de termos comuns – mudando-se, por exemplo, *man-hole* para *femhole*, *menstruate* para *femstruate* e *manipulate* para *personipulate* – foi um pequeno, mas significativo passo. Alguns sectores mais radicais do movimento feminista chegaram mesmo a propor que se substituísse *history* por *herstory*.

saúdo, eu vos saúdo // Eh-eh-eh-eh eh! Eh eh-eh-eh eh! Eh lahô-lahô laHO-lahá-á-à-á-à!” Cf. “Obras Completas de Fernando Pessoa”, *Poesias* de Álvaro de Campos, Edições Ática, Lisboa, 1986, p. 176.

⁸ Cf. Umberto Eco, “Acerca do politicamente correcto”, in *A passo de caranguejo* [2006], Difel Editores, Lisboa, 2007, p. 105.





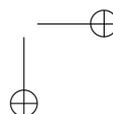
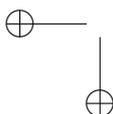
II – TERATOLOGIA DO “POLITICAMENTE CORRECTO”

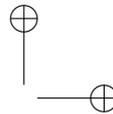
Se fecho aqui esta breve (e necessariamente incompleta) contextualização da génese histórica e social da “*political correctness*”, apresentando alguns exemplos linguísticos da “correcção política”, é apenas, enfim, para sugerir que a sua dimensão universal, ou antes, universalista, ultrapassa hoje os contornos especificamente norte-americanos que estiveram na sua origem. Mais ou menos “globalizada”, a “*political correctness*” conhece, evidentemente, idiosincrasias que se declinam segundo as suas diferentes maneiras locais. Aliás, o slogan “*think global, act local*” é, também ele, “politicamente correcto”.

Assim, e cingindo-me, por agora, à nossa República Portuguesa, todos conhecem o recorrente exemplo das antigas “criadas de servir” que, tendo sido, primeiro, promovidas a “empregadas domésticas”, são actualmente “auxiliares de apoio doméstico”. Deste modo, sempre que eu dou instruções em inglês à minha “auxiliar de apoio doméstico” e “colaboradora” russa Olga Nadezhda devo *esquecer* que o tempo das “mulheres-a-dias” já passou...

Mas os exemplos multiplicam-se facilmente. Com efeito, em Portugal, a revolução semântica da “*political correctness*” iniciou-se há já quase duas décadas⁹. Lentamente, estabeleceu-se o novo léxico das profissões consideradas menores: os “carteiros” passaram a “técnicos de distribuição postal”, os “caixeiros viajantes” a “técnicos de vendas”, as meninas de uniforme dos correios a “técnicas de exploração postal”, os “jardineiros” a “técnicos de manutenção de espaços verdes” ou a “operadores ecológicos”, os “varredores” a “técnicos de higienização urbana”, os “padeiros” a “técnicos de panificação”, os “estivadores” a “técnicos de manipulação e deslocação de cargas e descargas”, etc.

⁹ Retomo aqui, na sua maioria, exemplos apresentados por Ricardo França Jardim numa crónica surgida na “Pública”, nº 186, 19 Dezembro 1999: “A semântica pós-moderna politicamente correcta (ou como é belo o socialismo em Portugal)”.



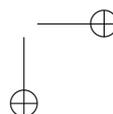
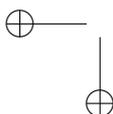


Aboliram-se, evidentemente, os “contínuos”. Passaram a “auxiliares administrativos”. Que, no caso particular das escolas e hospitais, se chamam “auxiliares de acção escolar” e de “acção médica”. Inevitavelmente (e peço perdão por este aparte...), eu próprio me sinto cada vez menos um “professor”, ou até mesmo um “docente”, e cada vez mais um “técnico de transmissão de competências científico-pedagógicas com valências múltiplas desdobráveis em horas de contacto e orientações tutórias”.

Na verdade, uma revolução linguística que nada fica a dever aos “*Principles of Newspeak*” (“*Princípios da Novilíngua*”), que George Orwell descreveu em *Mil novecentos e oitenta e quatro*, invadiu, desde então, o democrático remanso do quotidiano da Pátria. É verdade que ainda não conhecemos nenhuma “*Teletela*”, impossível de desligar e da qual saem ordens que devem ser cumpridas imediata e integralmente. Do mesmo modo, também não dispomos ainda de nenhum “*Ministério da Verdade*”, como aquele que é descrito no livro, de cuja elegante fachada se destacam os três lemas do Partido: “*Guerra é Paz – Liberdade é Escravidão – Ignorância é Força*”¹⁰. Mas o programa de ortosemantização da linguagem, com o seu princípio de desequivocação das palavras, que reduz a sua polissemia e ambiguidade constitutivas a um sentido único, o sentido aprovado, esse, qual “*Big Brother*”, *está entre nós e vela por nós*, e a sua marcha, à semelhança da “*Polícia do Pensamento*” que George Orwell descreve na sua ficção, aparenta ser sem retorno.

Continuando: na teratologia semântica do “politicamente correcto” português o “nível zero” corresponde ao “rés-do-chão” e a “cave” ao “nível menos um”. Ao “ruído” chama-se agora “poluição sonora” e aos “lixos”, “resíduos urbanos”. As cabines telefónicas, os bancos de jardim, os marcos do correio e os postes de iluminação, apesar de fixos, são “mobiliário urbano”. Nos autocarros há muito já que deixámos de picar bilhetes. Validamos “títulos de transporte”, ou seja, “oblite-

¹⁰ Cf. George Orwell, *Mil novecentos e oitenta e quatro*, tradução de Paulo Santa-Rita e prefácio de Álvaro Ribeiro, Editora Ulisseia, Lisboa, 1955, p. 19.





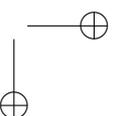
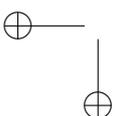
A Língua da “Correcção Política”

ramos”. Numa dada altura da sua já longa existência, a companhia Carris, incapaz de chamar à máquina que pica os bilhetes simplesmente “picadora”, ou mesmo “perfuradora”, inventou um novo significado para o verbo “obliterar” (“riscar”, “apagar”) e criou também o novíssimo substantivo “obliterador” (“inutilizador”), no caso, a máquina que pica (e conseqüentemente inutiliza) os bilhetes. “Proibido fumar” era, no pioneirismo semântico da “correção política” da aviação comercial, “voo azul”; e na linguagem particularíssima da TAP, “voo cancelado” corresponde a “ligeiro atraso à partida”.

Evidentemente, acabaram, de vez, as “regiões atrasadas”. O Alentejo é apenas uma “zona de desenvolvimento sustentado” e o Casal Ventoso uma “área urbana sensível aos grupos populacionais vulneráveis a condutas alternativas e a comportamentos de risco”. Na economia, deixou, evidentemente, de haver “falências”. Há somente empresas com “insustentabilidade financeira”. Os “prejuízos” são “crescimentos negativos”. Assim, a Bolsa de Lisboa jamais está de rastos. Acontece que o “período transitório de reajustamento económico” levou a uma “desaceleração temporária do mercado de capitais”. De igual modo, acabaram-se os “despedimentos”. Há “ajustamento de efectivos com racionalização e optimização de recursos humanos”. Obviamente, deixou também de haver “desempregados”. Existem apenas “cidadãos à procura de emprego”, ou “cidadãos desocupados por tempo indefinido” que, a partir da faixa etária dos 45 anos, entram em “pré reforma antecipada”. Um trabalhador “despedido” é agora um “cidadão em transição programada de carreiras”.

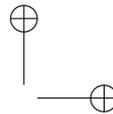
Atenção, muita atenção, a todos os que, por acaso ou inadvertência, ainda não tenham dado conta: um “cidadão de estrutura física diferenciada”, ou uma “pessoa verticalmente desfavorecida” (“anão”)¹¹ é muito diferente, no seu aspecto exterior, de um “cidadão de mobil-

¹¹ Leia-se, a este propósito, a versão “politicamente correcta” do conto infantil “Banca de Neve”, no qual os anões aparecem como “homens verticalmente desfavorecidos”. Cf. James Finn Garner, *Histórias tradicionais politicamente correctas* [1994], Editora Gradiva, Lisboa, 1996.



idade reduzida” (“coxo”). Efectivamente, se num primeiro olhar um “cidadão de estrutura física diferenciada” pode ser tomado por um “cidadão de mobilidade reduzida”, a verdade é que só muito dificilmente um e outro poderão ser confundidos com um “cidadão com os recursos visuais impedidos” – que deveria ser o nome para “cego”, e não apenas “invisual”! E bom, “pobre”, é bem sabido, é um “indivíduo de recursos económicos sensíveis”, medindo-se, talvez, o limiar da pobreza pelo número de “cidadãos desprovidos de telemóvel”.

Outros casos mais: uma “prisão” é um “centro de detenção” (ou de “reinserção social”, no caso dos jovens). Um “asilo” de velhinhos é uma “unidade geriátrica”. Naturalmente, com “elevada taxa de processos terminais”, isto é, com muitos “moribundos”. Enfim, onde até há pouco havia uma “mãe solteira” há agora uma “estrutura familiar monoparental”. No léxico sanitarista, o “plano nacional de saúde oral” é uma maneira de não dizer que não há “dentistas” nos serviços públicos. Quanto ao “programa de saúde reprodutiva” é sinónimo de “consultas de planeamento familiar” e “aumentar a cura dos casos de baciloscopia” quer dizer tratar a “tuberculose”. As “listas de espera” traduzem a “cobertura médica universal”, e a empresa privada que explora com lucros o Hospital da Cruz Vermelha denomina-se “prestador privado sem fins lucrativos”. Ceder, enfim, aos “lobbies” (médicos, da indústria, das farmácias, etc.) chama-se “criar alianças estratégicas estáveis”. Naturalmente, “fazer mudanças estruturais”, neste como em outros domínios da vida pública portuguesa, significa manter, até mais ver, tudo na mesma – como a lesma! E “crescimento negativo imponderável” quer dizer “para o ano temos novo buraco orçamental”. A tapar com mais um “orçamento suplementar rectificativo”, o qual, como não, levará “ao alargamento da taxa de incidência fiscal”, que é como quem diz, ao “aumento dos impostos”. Por último, e limitando-me apenas ao campo que me é dado a observar na minha experiência profissional, ou seja, falando somente enquanto “técnico de transmissão de competências científico-pedagógicas com valências múltiplas desdobráveis em horas de contacto e orientações tutórias”, devo

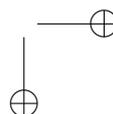
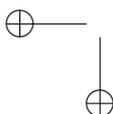


A Língua da “Correcção Política”

confessar que se me torna cada vez mais e mais difícil distinguir um “aluno de desenvolvimento instável” (“cábula”) de um “cidadão de estrutura cerebral diferenciada” (“burro”), os quais, talvez não por acaso, se aparentam demasiado com uma “criança disfuncional hiperactiva” (“irrequieta”).

Saindo da comédia, mas de modo algum ignorando o que nela provoca o riso e incita o pensamento, o que, de um modo geral, esta abundância de exemplos (quase sempre hilariantes, e, por vezes, mesmo aberrantes) significa é que na língua da “*political correctness*” a palavra já não é um instrumento para designar (e, como tal, discriminador), mas um instrumento que deve impedir certas imagens e certas noções de *entrarem* livremente no campo da consciência e de, uma vez aí, acudirem conseqüentemente à mente. É por isso que no acto político das suas “traduções”, e mediante procedimentos de tecnificação e de eufemização da linguagem, a “*political correctness*” substitui quase sempre uma palavra concreta por uma perífrase abstracta, esvaziando esta, tanto quanto pode, de todo o conteúdo concreto ainda presente naquela, de modo a que, no final da operação, o seu sentido venha a ser o mais desmaterializado e o mais abstracto possível – isto quando não chega mesmo a varrer do léxico político certas expressões ou *palavras-tabu* e a pô-las no *Índex* da “*correcção política*”¹².

¹² Em Julho de 2004, o caso Rocco Buttiglione trouxe-nos um exemplo chocante do verso e do reverso da tirania do “politicamente correcto”. Um comissário europeu, ao que parece particularmente íntegro e particularmente qualificado para o desempenho do cargo, respondeu com uma perfeita clareza, com uma perfeita moderação e uma perfeita honestidade, às perguntas que então lhe foram feitas. Quando, por fim, as suas palavras foram retraduzidas selectivamente no inglês do “politicamente correcto”, adquiriram, subitamente, um ar de provocação e de blasfémia. Lançou-se então uma campanha de opinião muito agressiva para desacreditar as posições que são, de facto (infelizmente, do nosso ponto de vista), as de uma tradição católica (de que não comungamos) partilhada por milhões de seres humanos no mundo e por dezenas de milhões de europeus. Ora, o Parlamento de Estrasburgo decidiu que as opiniões dos cristãos europeus – em particular as opiniões dos cristãos católicos – são contrárias aos “direitos humanos”. Tratou-se de uma deliberação parlamentar. O senhor Rocco Buttiglione foi então rejeitado para o cargo de Comissário Europeu da Justiça,



III – ESTILÍSTICA DO “POLITICAMENTE CORRECTO”

Não por acaso, na sua obra *Da democracia na América*, num capítulo justamente intitulado “De como a democracia americana modificou a língua inglesa”, Alexis de Tocqueville observara já, a importância, nos povos democráticos, da paixão pelas ideias gerais e pelos termos abstractos, paixão inseparável do facto de, nos povos democráticos, ser a maioria quem faz a lei em matéria de língua:

“Esse amor pelas ideias gerais manifesta-se, nas línguas democráticas, pela utilização constante de termos genéricos e de palavras abstractas e pela maneira como eles são empregues. [...] Estas palavras abstractas de que as línguas democráticas estão repletas e que são utilizadas a propósito de tudo e de nada sem estarem ligadas a nenhum facto particular engrandecem e *velam* o pensamento, tornam a expressão mais rápida e a ideia menos precisa. Mas, em matéria de linguagem, os povos democráticos preferem a *obscuridade* ao trabalho. Nem sei, aliás, se o *vago* não terá um certo encanto secreto para os que falam e escrevem entre esses povos”¹³.

Com efeito, sendo o seu teor de abstracção tal que impede, frequentemente, uma representação mental concreta, a palavra ou a ex-

das Liberdades e da Segurança por uma Comissão de 25 sábios, sob a alegação de que Buttiglione “manifestou” uma oposição hostil face à homossexualidade. O que disse, afinal, o Sr. Buttiglione? O seguinte: que, à luz da doutrina católica, que ele confessou professar, a homossexualidade era um “pecado”. Comentário em *voz-off*: é “incorrecto” dizer da homossexualidade que ela é um “pecado”. Em contrapartida, é quase um “pecado” que a palavra “bicha” possa designar o homossexual! Por isso, de acordo com o “politicamente correcto” vigente não se dirá diante do homossexual, para o não ofender e “estigmatizar”, que, numa situação de espera ou de atendimento, se esteve na “bicha”, mas sim na “fila”. Normaliza-se a “diferença” do homossexual, significando aqui o “normalizar” pôr um ângulo recto (“fila”) onde estava uma curva (“bicha”).

¹³ Cf. Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América* [1835], Editora Principia, São João do Estoril, 2001, Vol. II, Primeira Parte, pp. 559-560.



A Língua da “Correcção Política”

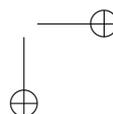
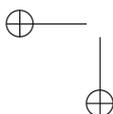
pressão “politicamente correcta” não apenas dificulta a passagem da ideia à imagem, como chega, muitas vezes, a impedir o acesso à própria ideia. Na medida em que é uma “*língua de pau*” que torna impossível nomear, designar ou chamar as coisas pelo seu nome, a língua da “*political correctness*” é uma língua quase sempre formada por palavras que nada significam. É, enfim, um discurso quase sempre sem pensamento, cuja paradoxal performance assenta no facto de *dar a entender* aquilo que, no entanto, se recusa a *significar*. Face às constrações e aos condicionalismos dos locutores de uma língua quando confrontados com este tipo de discurso, não apenas os acordes da conhecida sentença de Pascal recebem de novo um sentido, como ganham, subitamente, uma necessidade e uma legitimidade acrescidas: “*Il faut avoir une pensée de derrière et juger de tout par là, en parlant cependant comme le peuple* [É preciso ter um pensamento reservado e julgar tudo por esse meio, falando, no entanto, como o povo.]”¹⁴. Mais ou menos o mesmo – “*ad captum vulgus loqui*” – foi também o que Espinosa recomendou:

“Falar de acordo com as capacidades do comum das pessoas e fazer tudo o que em nada nos impeça de alcançar o nosso objectivo. São, com efeito, grandes as vantagens que podemos obter em condescendermos, na medida do possível, com o seu nível; além disso, se assim for, darão ouvidos benévolos para escutar a verdade”¹⁵.

Prisioneira de um certo “*understatement*” que é, paradoxalmente, também um “*overstatement*”, e funcionando sempre por um excesso de generalização e de abstracção do sentido, esta “*língua de pau*” socorre-se sobretudo do alusivo, da conivência, do conformismo e do conveniente. Não obstante, não é tanto o alcance semântico das palavras que nela se trata de interrogar, mas antes o que as palavras *efectivamente não dizem*. A quem se dirigem tais palavras? A que finalidades respon-

¹⁴ Cf. Blaise Pascal, “Pensées”, 91-336, in *Oeuvres complètes*, présentation et notes de Louis Lafuma, Éditions du Seuil, Paris, 1963, p. 510.

¹⁵ Cf. Espinosa, *Tratado da Reforma do Entendimento*, Edições Setenta, Lisboa, 1987, § 17, p. 30.

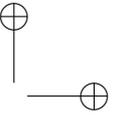
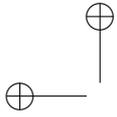


dem? Em tudo aquilo que elas *não* dizem, em tudo aquilo que *recusam* dizer, o que é que, *de facto*, mas também *de jure*, elas *enunciam* e *prescrevem*?

Sendo uma “*língua da treta*”¹⁶ que procura, com o maior dos cuidados, enganar as pessoas e levá-las na cantiga, a “*língua de pau*” da “*correção política*” é uma língua composta sobretudo por frases feitas, por estereótipos, por circunlóquios e por expressões que, regra geral, se usam ou por hábito, ou por automatismo, ou por conviência... palavras, em todo o caso, articuladas num extenso dicionário de “*idéas reçues*”, o qual funciona como um “*código*” e uma “*etiqueta*” de boas maneiras. Camilo Castelo Branco, sensível, como poucos romancistas da sua época o foram, ao emprego acéfalo das séries usuais e ao uso e abuso do cliché na prosa, observou, com ironia, sobre a proliferação simiesca das chapas consagradas, o seguinte:

“Obriga-se o cronista a manter invariáveis os seguintes adjectivos, quando vierem usados para os seguintes substantivos: *prelado* será sempre *virtuoso*; *cantora* será sempre *mimosa*; *jovem escritor* será sempre *esperançoso*; *patriota* será sempre *exímio*; *negociante* será sempre *honrado*; *caluniador* será sempre *infame*. As maneiras de quem

¹⁶ “Segundo a generalidade dos nossos melhores dicionários, a palavra *treta* entrou no vocabulário português no século XVII por influência castelhana. O *Dicionário da Academia Real* espanhola afirma que entrou no vocabulário castelhano por influência do francês *traite* (ordenha). O *Aurélio* radica a nossa *treta*, que antes do século XVII se dizia *treita*, no étimo latino *tracta*, feminino do participio *tractus*, *-a*, *-um*, do verbo *traere* (= extrair, ordenhar). O francês *traite* deu o verbo *traïter*, a menos que este tenha provindo directamente do latino *tractare*, que por sua vez deriva de *tracta*, donde proveio o nosso *tratar*, com, entre outros, o significado de negociar. Curioso é atentar na acepção mais pejorativa do participio presente deste verbo, *tratante*. O *tratante* é, para além do negociante, também o vendedor da banha da cobra, o manhoso. Ou o *treteiro*. Quanto à evolução semântica, é bom de ver um dos significados actuais da *treta*: quando o homem quis ordenhar a vaca, a cabra ou a burra, teve de simular, com a manipulação das mãos, a boca do bezerro, do cabrito ou do potro a mamar na teta. E daí o significado de ardil, manha, embuste, engano.” Cf. “Breve nota etimológica, por António Marques”, in *Da treta [On Bullshit]*, Harry G. Frankfurt, Livros de Areia Editores, 2006, pp. 7-8.

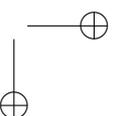
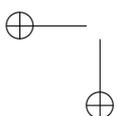


A Língua da “Correcção Política”

dá um baile serão sempre *amáveis*; os convidados sairão sempre pe-nhorados. O folhetinista será sempre espirituoso; o poeta será sempre inspirado. Os *irmãos terceiros* serão sempre *veneráveis*. Os *sócios* de qualquer coisa mercantil serão sempre *acreditados*. Os *meninos recém-nascidos* serão sempre *robustos*. As *viúvas* serão sempre *inconsoláveis*. [...] Se o rico der doze vinténs aos inválidos, este feito será sempre um *rasgo filantrópico*, e a fortuna dele será sempre *abençoada*. Não haverá baile que não seja *animado*, nem jantar que não seja *lauto*, nem *serviço* que não seja *abundante*, ou *profuso*, para variar. Nenhum homem rico terá *amigos* que não sejam *numerosos*. Todas as firmas da praça comercial serão sempre *respeitáveis*. O *voto* de qualquer parvoinho será sempre *ilustrado*; e mais depressa morrerá o cronista do que deixará de ser *eloquente* o *discurso* de qualquer Cícero fanhoso. Todo o *casamento* será *próspero*. Ninguém poderá morrer que não fique sendo *bom cidadão, bom pai, bom marido*, e terá tudo de bom”¹⁷.

Conversa fiada, demagogia, impostura ou charlatanice, na “língua de pau” da “correcção política” a realidade não é mais do que a maneira como o imaginário inquisitorial da “correcção” fabrica um discurso adaptado à contingência moral vigente, um discurso adequado e conforme, um discurso, enfim, que se impõe como a “opinião correcta” que uma determinada *ortodoxia* estabelece como “verdadeira”. O que nos pode levar a perguntar se os “correctistas” utilizariam a “língua de pau” da “correcção política” como a utilizam se ela não estivesse já presente, enraizada e difundida no conjunto da sociedade, onde, dado o material contagioso que a compõe, ela se replica como uma *infecção generalizada*... Uma coisa, porém, é certa: com vista aos seus fins, convém usar de maneiras de falar, de pensar, que sejam maneiras pré-estabelecidas, pré-concebidas, pré-formatadas.

¹⁷ Cf. Camilo Castelo Branco, “Dispersos”, III, 202-204, citado por M. Rodrigues Lapa in *Estilística da língua portuguesa*, Coimbra Editora, 11ª edição, 1984, pp. 88-89.



IV – GENEALOGIA LINGUÍSTICA DO “POLITICAMENTE CORRECTO”

Num ensaio em que procura analisar as causas que estão por detrás do declínio da língua inglesa (falada e escrita), George Orwell põe a nu a existência de uma íntima conexão entre o actual conformismo político e o aviltamento da língua. De acordo com este autor, para além da sua fealdade manifesta, a prosa e a oratória política modernas, até pelo que resulta da sua crescente mercantilização e vulgarização, caracterizam-se sobretudo pela insipidez das suas imagens e pela falta de precisão dos seus termos:

“Ou o escritor quer dizer alguma coisa e não sabe como expressá-lo, ou, inadvertidamente, diz algo mais do que aquilo que quer dizer, ou então é-lhe praticamente indiferente que as suas palavras signifiquem algo ou não. A mistura de vagueza e de pura incompetência é a característica mais marcada da prosa inglesa moderna e, em especial, a de qualquer tipo de escrito político. Mal certos tópicos são levantados, o concreto mistura-se com o abstracto e ninguém parece ser capaz de pensar como modos de falar que não sejam lugares-comuns: a prosa consiste cada vez menos em palavras escolhidas por causa do seu significado, e cada vez mais em frases justapostas como as secções de uma casa pré-fabricada”¹⁸.

Vendo na língua um instrumento que o homem molda em função dos seus propósitos, um instrumento que deve servir, em todo o caso, para expressar – e não para ocultar – o pensamento, George Orwell considera que se o pensamento corrompe muitas vezes a linguagem, a linguagem – mormente a linguagem política – pode também corromper o pensamento. Assim, no recurso sistemático a metáforas gastas, a metáforas tecnicamente “mortas”; no uso generalizado de palavras sem significado; na colagem de longas cadeias de frases prontas-a-usar; no

¹⁸ Cf. George Orwell, “Politics and the English Language” [1946], in *Why I Write*, Penguin Books, Great Ideas, 2004, p. 105.



A Língua da “Correcção Política”

estilo empolado e na dicção pretensiosa – em tudo isto vê Orwell sinais claros de um aviltamento político da língua que não pode levar senão ao conformismo e à passividade, e, em última análise, à escravidão. É, aliás, o próprio Orwell quem fornece, neste seu ensaio, um exemplo – imaginário, mas não por isso menos efectivo – do tipo de escrita a que estes abusos da língua conduzem. Trata-se de uma “tradução” orwelliana, para o que podemos designar idioma do “politicamente correcto”, de um versículo bem conhecido do *Eclesiastes* (9-11):

“Voltei-me, e vi, debaixo do sol, que não é dos ligeiros a carreira, nem dos valentes a peleja, nem tão-pouco dos sábios o pão, nem ainda dos prudentes a riqueza, nem dos entendidos o valor, mas que o tempo e a sorte pertencem a todos”.

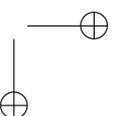
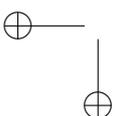
Eis agora a versão imaginária – versão provável, em todo o caso – do versículo do *Eclesiastes* num português moderno cunhado segundo o gosto e a forma do “politicamente correcto”:

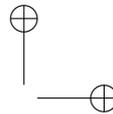
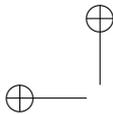
“A consideração objectiva dos fenómenos contemporâneos obriga à conclusão de que o sucesso ou o falhanço das actividades competitivas não mostra uma tendência para ser proporcional à capacidade inata, mas que um considerável elemento de imprevisibilidade deve invariavelmente ser tido em conta”¹⁹.

Recusando tanto as frases pré-fabricadas como as imagens insípidas e confusas, recusando tanto as chapas consagradas como o cliché estafado e trivial, recusando, enfim, tanto as vagezas de sentido quanto as abstrações vazias de conteúdo que hoje predominam nos usos “mediatizados” da língua, George Orwell considera que o primeiro passo para inverter o declínio político da língua nada tem que ver – como alguns poderão crer – com o resgate de arcaísmos, com a recuperação de palavras e de figuras de estilo obsoletas, ou ainda com a criação de um “inglês-padrão”, do qual o escritor jamais se deveria afastar. Em suma, o que para Orwell acima de tudo se impõe é que seja sempre o significado a escolher a palavra, e nunca o contrário.

Na verdade, sempre que o escritor claudica diante do dialecto exis-

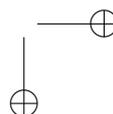
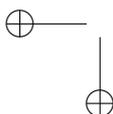
¹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 110.

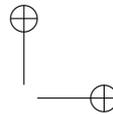
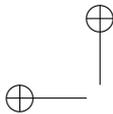




tente disponível, sempre que ele baixa a vigilância e permite que acudam à sua mente todo o tipo de frases prontas-a-usar, serão, nessa altura, essas frases que começarão imediatamente a escrever por ele, serão elas que pensarão mesmo os seus pensamentos – e jamais será ele, o escritor, a fazê-lo. E é precisamente neste ponto que, segundo George Orwell, a conexão entre a manipulação política e o aviltamento e a degradação da língua se torna mais evidente – e obscena. Por conseguinte, a inversão do declínio da língua exige que o escritor tenha a coragem de lançar para a sucata toda a palavra ou expressão idiomática que haja esgotado a sua serventia. Do ponto de vista de Orwell, não se trata tanto de cumprir com as regras de uma gramática e de uma sintaxe correctas, normalizadas e normalizadoras, as quais – desde que o que queremos dizer tenha um sentido claro – têm sempre uma importância relativa, mas de pensar e escrever de maneira clara. É isso que constitui, para Orwell, o primeiro e o necessário passo de uma regeneração política da língua:

“A linguagem política é concebida de modo a que as mentiras pareçam verdadeiras e o crime respeitável, e de modo a dar uma aparência de solidez ao que é puro vento. [...] A ortodoxia, seja ela de que cor for, parece exigir um estilo de escrita sem vida e imitativo. Os dialectos políticos que se encontram em panfletos, editoriais, manifestos e nos discursos dos sub-secretários, variam, evidentemente, de partido para partido, mas são todos semelhantes no facto de quase nunca encontrarmos neles um modo de falar limpo, vívido, pessoal. No caso dos oradores políticos que repetem mecanicamente as frases familiares, é como se tivéssemos a sensação de estarmos diante não de um ser humano vivo, mas perante uma espécie de manequim. O orador que usa este tipo de fraseologia está muito perto de se tornar numa máquina. Os ruídos apropriados saem da sua laringe, mas o seu cérebro não está envolvido neles como estaria se ele tivesse escolhido as palavras por si mesmo. Se o discurso que ele está a fazer é um daqueles discursos que ele está habituado a proferir uma e outra vez, pode permanecer praticamente inconsciente daquilo que está a dizer, tal como acontece





A Língua da “Correcção Política”

quando damos as nossas respostas na igreja. E este reduzido estado de consciência é, em qualquer caso, favorável ao conformismo político”²⁰.

Não por acaso, na mais conhecida obra de George Orwell, *Mil novecentos e oitenta e quatro*, a “Novilíngua” destinava-se justamente não a alargar, mas a diminuir o domínio do pensamento. E a redução ao um mínimo da escolha das palavras, eliminando as palavras indesejáveis e despojando as que restavam dos seus conteúdos não ortodoxos, servia fria e objectivamente esse fim. Afirma Orwell:

“A Novilíngua diferia da maior parte das outras línguas porque o seu vocabulário ia diminuindo em vez de aumentar todos os anos. Cada redução era um ganho, pois quanto menor a área de escolha, menor a tentação de pensar. Como fim último, esperava-se atingir uma linguagem emitida pela laringe, sem passar pelos centros nervosos superiores”²¹.

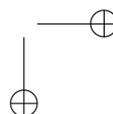
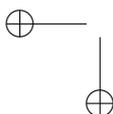
Sob a perspectiva de George Orwell, a manipulação de uma língua de acordo com as regras de uma psicologia colectiva pavloviana, língua degradada em *slogans* e *palavras de ordem*, serve, objectivamente, o propósito de um empobrecimento e de um atrofiamento da experiência. Com efeito, tal como a expropriação da linguagem é, antes de mais, expropriação e substituição da nossa própria experiência interna por uma experiência já pré-elaborada, a qual confisca assim a nossa experiência directa e impede uma experiência simbólica sobre ela, também a corrupção e a destruição da linguagem levada a cabo pela “correcção política” ataca as próprias possibilidades políticas do homem, as quais se vêem, deste modo, corrompidas e destruídas logo nos seus fundamentos.

Em *Lingua Tertii Imperii – A Língua do Terceiro Reich*²², uma obra na qual se mostra como a dominação que o poder político exerce sobre os homens passa sempre por um *aprisionamento* e por um *controlo*

²⁰ Cf. *Ibidem*, respectivamente p. 120 e 114.

²¹ Cf. George Orwell, “Os Princípios da Novilíngua”, in *Mil novecentos e oitenta e quatro*, tradução de Ana Luísa Faria, Editora Antígona, Lisboa, 2004, p. 309.

²² Victor Klemperer, *LTI – La langue do IIIe Reich* [1975], Éditions Albin Michel, Paris, 1996.



(uma *retenção*...) da linguagem que estes empregam, Victor Klemperer analisou os mecanismos da linguagem totalitária nacional-socialista. Tratava-se, para os nazis, de fabricar uma “nova língua” destruindo todas as relações que as palavras mantêm com tudo aquilo que está para além das palavras – com o seu *exterior*. Dito de outro modo, tratava-se de fabricar uma “*Novilíngua*” destruindo, em primeiro lugar, a própria pluralidade da língua, destruindo os diferentes modos de querer dizer que constituem a essência poética da linguagem.

Segundo Victor Klemperer, sendo inicialmente apenas a língua de um determinado grupo social – o jargão histórico do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães -, a *Lingua Tertii Imperii* (LTI) teria acabado, em pouco tempo, por se tornar na língua de todos os alemães, invadindo e tomando conta, sem exceção, de todos os domínios – tanto os da vida pública como os da vida privada. Com efeito, da política à jurisprudência, da economia à arte, da ciência à escola, do desporto à família, dos jardins-de-infância aos quartos de dormir, a LTI nada deixou de fora. “O terceiro Reich”, considera Klemperer, “fala com uma espantosa homogeneidade”; há, em todas as suas manifestações, uma “homogeneidade absoluta da língua escrita que explica também a uniformidade da palavra”²³. De acordo com Klemperer, o desígnio sinistro do nazismo insinuou-se pouco a pouco na carne e no sangue da maioria dos alemães através do uso repetido de expressões isoladas, de coloquialismos, de formas sintáticas que, em poucos anos, se impuseram de maneira virulenta a todo o povo alemão e que este adoptou de maneira mecânica e inconsciente:

“Qualquer língua que possa ser praticada livremente serve todas as necessidades humanas; serve a razão como o sentimento; serve a conversação como a comunicação; serve o monólogo e a oração; o pedido, a ordem, a invocação. A LTI serve unicamente a invocação. Em qualquer domínio, privado ou público, a que o sujeito pertença – não, é falso, a LTI já não distingue entre o domínio privado e o domínio público, como não distingue entre a língua escrita e a língua falada -,

²³ Cf. *Ibidem*, p. 36.



A Língua da “Correcção Política”

tudo é discurso e tudo é publicidade. “Tu não és nada, o teu povo é tudo”, diz um dos seus slogans. Isto significa: “Tu nunca estás a sós contigo mesmo, tu nunca estás a sós com os teus, tu estás sempre diante do teu povo”²⁴.

Como língua originariamente militar que é, “a LTI”, considera Klemperer, “é miserável. A sua pobreza é uma pobreza de princípio; é como se ela tivesse feito um voto de pobreza”²⁵. Mas a LTI, com a sua exaltação doentia do nacionalismo e seu crescente delírio racista, não se contentou apenas em “poetizar” e “pensar” por todo o povo alemão, substituindo-se-lhe, ela dirigiu também os seus sentimentos, regendo todo o seu ser moral tanto mais naturalmente quanto mais inconscientemente esse povo se lhe submeteu. E o que acontece, pergunta Klemperer, se essa língua é constituída por elementos tóxicos?

“As palavras podem ser como minúsculas doses de arsénico: damos-lhes o nosso assentimento sem fazer muito caso disso, elas parecem não ter qualquer efeito, e eis que após algum tempo o efeito tóxico se faz sentir. Se alguém, em vez de “heróico e virtuoso” diz durante muito tempo “fanático”, acabará verdadeiramente por acreditar que um fanático é um herói virtuoso e que, sem fanatismo, não se pode ser um herói”²⁶.

Eis, pois, um exemplo – entre centenas minuciosamente coligidos pelo filólogo Victor Klemperer – de transformação da língua alemã sob as garras da LTI: “Onde, outrora, se teria dito ou escrito, por exemplo, ‘apaixonadamente’, encontra-se agora ‘fanaticamente’”²⁷.

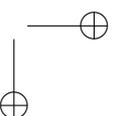
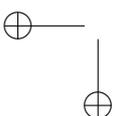
O que isto significa é que a LTI mudou não apenas o valor semântico das palavras e a sua frequência, ela transformou também em bem geral o que antes era pertença apenas de um grupúsculo e do seu chefe – Hitler. Do ponto de vista de Klemperer, a LTI requisitou para o Partido o que antes era um bem geral dos alemães (a sua língua materna), mas,

²⁴ Cf. *Ibidem*, p. 49.

²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 45.

²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 40.

²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 93.



ao fazê-lo, impregnou de tal modo as palavras e as formas sintáticas com o seu veneno, que submeteu todo o idioma alemão ao seu terrível sistema. Com essa “*Novilíngua*”, o nazismo teria ganho o seu meio de propaganda mais poderoso, simultaneamente o mais público e o mais secreto.

De entre as inúmeras transformações a que os nazis submeteram a língua alemã, Victor Klemperer destaca o alargamento, a variadíssimas novas expressões, do uso do prefixo de distanciamento “*ent*” (que corresponde ao prefixo português *des-*). Ironicamente, a época que se seguiu à Segunda Guerra Mundial consagrou o uso da expressão “*Entnazifizierung*” (desnazificação), a qual designa o esforço dos povos para evitarem a repetição da “doença” ou do “vício” do anti-semitismo. A súbita cunhagem e a propagação invasiva desta nova expressão levaram Klemperer a observar o seguinte:

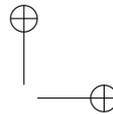
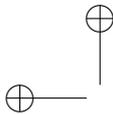
“Não desejo, e também não creio, que essa palavra abominável sobreviva durante muito tempo. [...] Um belo dia, a palavra “*Entnazifizierung*” (desnazificação) terá mergulhado no esquecimento porque a situação a que ela deveria por termo terá, ela própria, desaparecido. Mas isso levará tempo, porque não são apenas as acções que devem desaparecer, mas também as convicções e os hábitos de pensamento nazis, assim como o terreno que os alimentou: a língua do nazismo”²⁸.

Ao fazer perder ao indivíduo a sua essência individual, ao anestesiar as suas faculdades e ao decompor a sua personalidade, transformando-o numa mera cabeça de gado, a LTI, considera Klemperer, é a perfeita língua do fanatismo de massa: “Quando se dirige ao indivíduo, e não apenas à sua vontade, mas também ao seu pensamento, quando ela é doutrina, a LTI ensina os modos de fanatizar e de praticar a sugestão de massa”²⁹.

Quando, num assomo de higiene racial, Joseph Goebbels deu ordens para que fossem queimados todos os livros de autores judeus, e, ao anoitecer, os estudantes nazis, incitados pelas Secções de Assalto,

²⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 23-24.

²⁹ Cf. *Ibidem*, p. 50.



A Língua da “Correcção Política”

chegaram com as suas tochas para lançarem fogo aos livros e dançarem, como selvagens, em volta das chamas, gritando os *slogans* preparados para a ocasião, talvez nenhum deles soubesse que numa das páginas enegrecidas e encardidas de um desses livros que ardia estava uma frase escrita por Heinrich Heine em 1823: “*Onde quer que se queimem livros, mais cedo ou mais tarde hão-de queimar-se também seres humanos.*”

Um diagnóstico – afim ao de Victor Klemperer – que regista o empobrecimento e a brutalização da língua alemã sob o ímpeto sádico do nacional-socialismo é aquele que Georges Steiner tem em mente quando descreve o que ele chama a “*prussianização da linguagem*”³⁰. De acordo com Steiner, a língua e a literatura oficiais da Alemanha de Bismarck traziam já em si o germe da dissolução que mais tarde os nacional-socialistas haveriam de radicalizar. Nas suas agudas observações sobre a política nacional-socialista da língua, Steiner chama a atenção para a existência de uma continuidade histórica entre o “estilo de Potsdam” e o jargão sub-humano do nazismo. Se o primeiro, usado nas chancelarias e na burocracia do novo império, era “uma mistura de grosseria (“o linguajar genuíno dos soldados”) e de altos vãos de grandeza romântica (a nota wagneriana)”³¹, o segundo, “degradando a dignidade do discurso humano ao nível de lobos uivando”³², transformou a língua alemã num palavreado de feras³³.

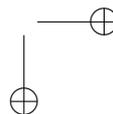
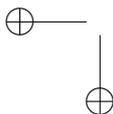
Assim, na reverência automática pela palavra comprida e pela voz

³⁰ Cf. George Steiner, “O milagre vazio”, in *Linguagem e silêncio* [1958], Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1988, p. 135.

³¹ Cf. *Ibidem*, p. 135.

³² Cf. *Ibidem*, p. 137.

³³ “Uma língua em que se pode escrever o ‘Horst Wessel Lied’ está pronta para dotar o inferno de um idioma pátrio. (Como poderia a palavra ‘*spritzen*’ recuperar um significado racional após ter significado para milhões o ‘esguichar’ do sangue judeu aos golpes de faca?) [...] Nos porões da Gestapo, taquígrafos (geralmente mulheres) anotavam com cuidado os sons de medo e de agonia arrancados, cauterizados ou extraídos da voz humana. [...] Quando as tropas de elite da SS separavam as mães dos seus filhos na entrada dos campos de extermínio, não o faziam em silêncio. Proclamavam os iminentes horrores em zombarias gritadas: “*Heida, heida, juchheisassa*,



alta que caracterizam o alemão hitleriano, na substituição progressiva da palavra viva pelo jargão militar, no gosto animalesco pelo slogan e pelo lugar-comum pomposo, esconde-se, segundo Steiner, a estrutura essencialmente filológica da própria moderna educação alemã, a qual teria produzido tanto o súbdito leal à Prússia quanto o “novo homem” fiel ao Reich nazi:

“Não foi só que tenha acontecido um Hitler, um Goebbels, um Himmler falarem alemão. O nazismo encontrou na língua exactamente o que precisava para expressar a sua selvajaria. Hitler ouviu, dentro do idioma pátrio, a histeria latente, a confusão, a qualidade de transe hipnótico. Ele mergulhou certo dentro da vegetação rasteira da linguagem, dentro daquelas zonas de escuridão e de clamor que estão na infância da fala articulada e que vêm antes que as palavras se tornem suaves e provisórias ao toque da mente. Ele pressentiu no alemão uma outra música além daquela de Goethe, Heine e Mann; uma cadência áspera, metade jargão nebuloso, metade obscenidade. E, ao invés de se afastar com enojado espanto, o povo alemão devolveu, num eco maciço, o vociferar do homem. Respondeu com um grito de milhões de gargantas e de botas a pisotear”³⁴.

Com efeito, através de um discurso hipnótico que anestesia o espírito crítico e que se impõe com a força inabalável de uma crença, sistemas totalitários como o nacional-socialista trabalharam permanentemente a língua com o propósito consciente de interromperem as relações entre a própria língua e o pensamento: *falar*, até um certo ponto, *sim*, mas... *pensar, não!* Essa a razão por que as palavras equívocas são neles consideradas perigosas e devem, por isso, ser reduzidas a um único sentido, sendo este separado daquilo que designa, de maneira a que no fim se chegue a uma espécie de “*língua técnica*” feita sobretudo de *palavras de ordem*, de *slogans*, de *siglas* e de *abreviaturas*. Nestas condições, a linguagem, mais do que estimular o pensamento,

Scheissjuden in den Schornstein!”. Cf. George Steiner, “O milagre vazio”, pp. 137-138.

³⁴ Cf. George Steiner, “O milagre vazio”, p. 137.



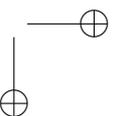
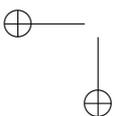
A Língua da “Correcção Política”

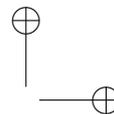
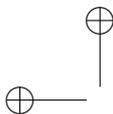
confunde-o. O próprio idioma, não sendo interiormente vivido e reflectido, mas apenas mecanicamente falado, faz barulho e chega, eventualmente, a servir o propósito da comunicação, mas mostra-se completamente incapaz de criar um sentido de comunhão que vá além do mero grito animal. Evidentemente, face a esta sofisticada máquina de censura que é a “*língua de pau*” da “correcção política”, a mera possibilidade de um *uso menor* ou de um *uso diferenciado* da língua maior (*língua standard*) é, desde logo, olhada com uma profunda suspeita.

Pier Paolo Pasolini examinou um dia os mecanismos desta nova “*língua técnica*” mediante uma análise linguística de um *slogan*, o *slogan* aos “jeans Jesus” (“*Não terás nenhuns outros jeans além de mim*”)³⁵. Para Pasolini, a linguagem de empresa, a gíria especializada que os técnicos falam entre si, é, por definição, uma linguagem puramente comunicativa: os “lugares” onde ela se produz são os lugares onde a ciência é “aplicada”, ou seja, são os “lugares” do pragmatismo puro. Donde que o cânone linguístico que vigora *dentro* da fábrica tenha a tendência para se expandir também para *fora* dela, porque, é claro, quem produz quer manter com quem consome uma relação de negócios absolutamente clara... Mas Pasolini considera que na linguagem puramente comunicativa, na linguagem puramente técnica da indústria, há, apesar de tudo, um caso excepcional de expressividade, embora se trate de uma expressividade que ele qualifica como “aberrante”. Esse caso é, justamente, o caso do *slogan*, o qual, para impressionar e convencer, tem necessariamente de ser expressivo. Mas se Pasolini julga que a expressividade do *slogan* é “aberrante” e “monstruosa” é porque ela se transforma imediatamente num estereótipo e se fixa numa rigidez que é, justamente, o contrário da expressividade. Afirma Pasolini:

“A falsa expressividade do *slogan* é assim o ponto máximo da nova *língua técnica*, que substitui a língua humanística. É o símbolo da

³⁵ Cf. Pier Paolo Pasolini, “17 de Maio de 1973 – Análise linguística de um slogan”, in *Escritos corsários e cartas luteranas – uma antologia* [1975], Assírio & Alvim, Lisboa, 2006, pp. 23-28.





vida linguística do futuro, ou seja, de um mundo inexpressivo, sem particularismos nem diferenças de culturas, perfeitamente normalizado e aculturado. De um mundo que a nós, últimos depositários de uma visão múltipla, magmática, religiosa e racional da vida, nos surge como um mundo de morte”³⁶.

Como Pasolini sabia do que falava!

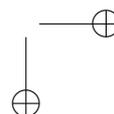
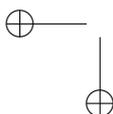
De igual modo, e porque a fonte de um poder efectivo passa sempre pelo “Verbo”, também os antigos costumavam dizer: “*Caesar dominus et supra grammaticam*”: César reina *também* sobre a gramática. Aplicada à esfera de acção da “*political correctness*”, o problema que esta sentença aqui levanta foi e continua a ser o mesmo: quem, nestas expressões corrigidas pelo lápis incolor da censura da “*political correctness*”, decide do seu verdadeiro sentido? Quem possui a chave da sua interpretação, da sua definição, da sua aplicação? E quem, num contexto crítico, sempre que se trate de avaliar uma hipotética conformidade jurídica da linguagem ao seu objecto, decide concretamente o que significa a expressão, “politicamente incorrecta”, *x* ou *y*?

V – GENEALOGIA POLÍTICA DO “POLITICAMENTE CORRECTO”

O ideal da “*political correctness*” seria que esta se tornasse invisível, que, por si mesma, e de forma, enfim, quase espontânea, pudesse “instalar”, de maneira subliminar, a pior das culpas interiores naqueles a quem os detentores da *ortodoxia* (da “opinião correcta”) pretendem “corrigir”. Uma culpa, paradoxalmente, indolor...

O que isto significa é que com a “*correção política*”, as palavras “informação” e “mediatização” voltam a ganhar, sob uma luz nova, algum do seu sentido originário: a “informação” é o acto que dá forma às opiniões, o acto que “formata” as mentes. Donde o lugar central

³⁶ Cf. Pier Paolo Pasolini, *Ibidem*, p. 23.





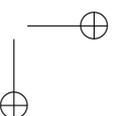
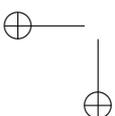
A Língua da “Correcção Política”

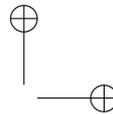
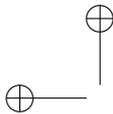
dos *media* na produção, fabricação e “formatação” da opinião. Por outro lado, uma tal “mediatização” da “correcção política”, enquanto confiscação linguística de *direitos imediatos* e devolução, repleta de contrapartidas, de *direitos mediáticos* ou *virtuais*, é, antes de mais, uma subtracção do real sob a forma, aparentemente indolor, das palavras “corrigidas” que o visam.

Um ponto importante que aqui se deve mencionar é o de que a “*correcção política*” é tanto mais efectiva e tanto mais hipnótica quanto mais ela, no seu modo de operar, convoca (constrói) uma natureza mágica da linguagem. Assim, sempre que em vez de dizer, fulano “morreu de cancro”, eu digo, fulano “foi vítima de uma doença longa e dolorosa”, não estou, com isso, apenas a respeitar o sigilo médico e o carácter privado da morte de alguém, estou, antes de mais, a ser supersticioso (mágico) e a evitar chamar cancro ao cancro, como se a simples evocação do nome “cancro” trouxesse a morte à presença dos vivos e isso tornasse a mera pronúncia da palavra fatal. Com efeito, para o militante da “correcção política”, digamos que para o “correctista”, a palavra “cão” morde sempre. E, claro, também ladra... Procurará, por isso, com todos os meios que estiverem ao seu alcance, inventar para os dentes que fazem do cão um cão, um substituto menos duro e menos afiado, e inventará então um circunlóquio, digamos... um cão com uns dentes de manteiga, chamando-lhe, talvez, “animal doméstico amigo do homem”!

Possuído por uma raiva impotente que se transforma, de maneira, por assim dizer, mágica, em vingança contra a própria palavra, o “correctista” *denuncia* a palavra, que ele presume actuar imediata e directamente sobre a realidade, e, “marcando-a”, julgá-la-á e declará-la-á “incorrecta”, excluindo-a, desse modo, da memória e da partilha públicas. Sob esta perspectiva, há, no furor higiénico de todo o “correctista” zeloso, um cardeal Belarmino (que mandou torturar Campanella, condenou Giordano Bruno à fogueira, perseguiu Galileu e pôs no *Índex* a obra de Copérnico...) de dedo em riste.

Mas sendo a “correcção política” sempre uma “correcção” abstracta,





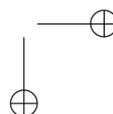
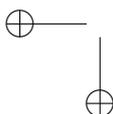
ela é, também por isso, moralmente covarde e politicamente abjecta. A verdade é que quanto mais a realidade lhe escapa, tanto mais a “correção” e o “correctista” se vingam nas palavras, exercendo sobre elas a pior das represálias: uma *abstractização* moralizante – que é também uma *moralização* abstracta. Legalmente ou não, pela lei, pelo boicote ou pela chantagem, mas sempre com uma violência que é tanto mais efectiva quanto mais imperceptível, o “correctista” persegue e constrange todos os que recusam compreender que, sob palavras ou expressões “correctas”, se dissimula (mal...), afinal, a *ordem* de ter pensamentos novos, e que, em tudo isso, não se trata de descobertas descartáveis ou de fantasias políticas optativas, mas de *ordens* implacáveis, ainda que, evidentemente, estrategicamente envoltas nos ademanos da compaixão, do ideal e da virtude “humanitários”.

Exprimindo a ideia utópica de uma língua que diria apenas o Bem e o Justo, de uma língua que, em suma, se referiria apenas a valores universais, a língua da “correção política” seria, no entanto, impraticável e, como tal, incapaz de coerção, caso ela se não protegesse por detrás da força estatística das “opiniões comuns”, opiniões com uma aura de autoridade, que ela diz querer fazer respeitar. Sob este ponto de vista, é bem evidente que a “força de uma opinião” é sempre determinada pela confiança do indivíduo no número de pessoas que ele pensa que partilha das mesmas crenças e possui as mesmas opiniões. Como refere James Madison:

“A razão do homem, como o próprio homem, é tímida e cautelosa quando deixada sozinha, e adquire firmeza e confiança na proporção do número de outras com que está associada. [...] Se é verdade que todos os governos repousam na opinião, não é menos verdade que a *força da opinião* em cada indivíduo, e a sua influência prática na conduta dele, dependem muito do número dos indivíduos que ele pensa que têm a mesma opinião”³⁷.

Implicando uma reeducação contínua e uma reforma permanente

³⁷ Cf. James Madison, *O Federalista* (nº49), Edições Colibri, Lisboa, 2003, p. 318. Sublinhados nossos.



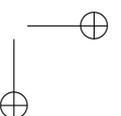
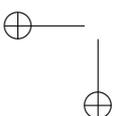


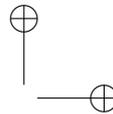
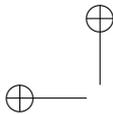
A Língua da “Correcção Política”

dos sentimentos, das acções, das palavras e dos comportamentos públicos, de que cada um de nós é simultaneamente o promotor, o juiz e o polícia, a língua da “*political correctness*” funda-se numa interpretação extrema da doutrina política da “semelhança humana”, a qual não apenas envolve, no seu poder de mobilização, os aspectos mais exteriores e superficiais das convenções da linguagem, como atinge sobretudo a própria consciência privada e o foro interior secreto dos indivíduos. Através de um uso perverso que faz de uma acepção moral da “liberdade”, mas, mais ainda, pelo uso totalitário que dá ao conceito político de “igualdade”, a língua da “correcção política” utiliza ideias, em princípio libertadoras, mas para produzir apenas novas restrições, que ela, com um uma meticulosidade e um zelo obsessivos, estende depois, de maneira capilar e insidiosa, a todos os domínios da existência pública e privada. Com efeito, a língua da “correcção política” atravessa por inteiro e sem excepção todos os níveis da vida pública e privada, da “esfera mediática” ao quarto de dormir. Perpassando todos os níveis de linguagem, filtrando-os uns nos outros e homogeneizando-os numa abstracção moral e sentimental, ela impede que a linguagem – o primeiro e o mais poderosos instrumento de discriminação ao serviço do homem – faça justiça à diversidade do real, e, conseqüentemente, impede também que ela dê conta da pluralidade de posições e de atitudes diante desse real.

Embriagada com aquilo a que Alexis de Tocqueville chamava o “sentimento do semelhante”, a “correcção política” passa com ligeireza da “igualdade” à “indiferenciação”. Ao ponto de este “sentimento do semelhante”, uma vez transformado no único princípio moral de orientação e de avaliação do mundo, descobrir na abolição de todas as diferenças a própria vocação da “humanidade”. Incapaz de, geometricamente, reconhecer as proporções na desigualdade, e tudo reconduzindo a relações aritméticas de igualdade, na língua da “correcção política” todo o ser humano é igual a todo o ser humano – “Todos diferentes, todos iguais” – assim “reza” o “inexpressivo” slogan!³⁸

³⁸ Recorde-se, aqui, o sentido do antigo princípio grego evocado por Michel Fou-





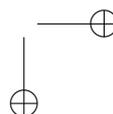
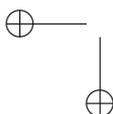
Por conseguinte, qualquer juízo que *distinga*, qualquer juízo que *prefira* (ou que *prefira não preferir...*) deve ser denunciado, perseguido, reprimido e, por fim, “corrigido” numa expressão cuja fórmula genérica consagre a indiferenciação e a “mesmidade”. Assim, ao mesmo tempo que pede ao seu utente que, em nome da “liberdade de escolha”, ele exerça o seu “direito à diferença”, uma tal língua ordena-lhe também, contraditoriamente, que não estabeleça diferenças, que seja “*sex-blind*”, “*color-blind*”... “*qualquer coisa-blind*”! Contudo, a pressão moral deste abastardado sentimento gregário de *igualdade pela semelhança*, uma vez transformado, nas nossas sociedades, no único sentimento moral legítimo, acaba por nos tornar incapazes quer de *discernir* quer de *sentir* as diferenças, pois a linguagem da semelhança e da “alteridade” – é frequentemente a mesma linguagem! – faz-nos perder toda a *capacidade de discriminação*.

Na melhor das hipóteses, porém, a compulsão para nos tornarmos semelhantes e reproduzirmos indefinidamente essa semelhança, torna-nos insensíveis às diferenças, e, por conseguinte, impede-nos também de darmos conta dessas diferenças no nosso próprio comportamento quotidiano. Por isso, a respeito do homem contemporâneo “formatado” pela língua tratante da “correção política” pode, com Walter Benjamin, afirmar-se o seguinte: “Os casos em que os homens tomam diariamente consciência das semelhanças são uma ínfima parcela dos inúmeros casos em que a semelhança os determina inconscientemente”³⁹.

A observação de Walter Benjamin, profundamente consciente da influência da faculdade mimética sobre a linguagem, ou das razões, quer filogenéticas quer ontogénicas, que “empurram”, por assim dizer, o ser humano, de cada vez este que fala, para a “imitação”, permite-nos

cault em *A ordem do discurso*: “Se a aritmética pode muito bem ter sido uma coisa das cidades democráticas, é porque ela ensina as *relações de igualdade*, mas se a geometria deve ser ensinada apenas nas oligarquias, é porque só ela demonstra as *proporções na desigualdade*.” Cf. Michel Foucault, *L'ordre du discours*, Gallimard, Paris, 1971, p. 20.

³⁹ Cf. Walter Benjamin, “Teoria das Semelhanças”, in *Sobre Arte, Técnica, Política e Linguagem*, Relógio D’Água Editores, Lisboa, 1992, p. 60.





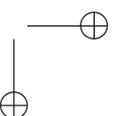
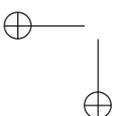
A Língua da “Correcção Política”

agora estabelecer a seguinte analogia entre o cristianismo e o “humanitarismo”: tal como na prática consequente da religião cristã a comunidade eclesial é vivificada pelo exercício da caridade e da compaixão, também na nova “religião da humanidade” “politicamente correcta” a “comunidade humana” é animada por um piedoso “sentimento da semelhança”, um sentimento que conhece ramificações quase ilimitadas e que dispõe de um extraordinário poder para configurar e conformar as mentes.

Com efeito, todo o “correctista”, tanto o seu representante puritano-estalinista-maoista como o seu representante católico-liberal-progressista, se apresenta, nas nossas sociedades, com as vestes do representante dos “direitos humanos” (direitos *abstractos*) das vítimas. A sua doutrina, que é como quem diz, a máscara abstracta e o circunlóquio atrás do qual ele se esconde, é o “humanitarismo”, a nova “religião da humanidade”. Porém, o contra-senso que assiste o carácter abstracto dos “direitos humanos”, o paradoxo da “abstracta nudez de ser apenas humano e nada mais”, como muito bem o viu Hannah Arendt, é precisamente o de que “o homem que nada mais é que um homem perde também todas as qualidades que possibilitam aos outros tratá-lo como semelhante”⁴⁰.

Com efeito, o conceito político e normativo de “humanidade”, que para o século XVIII, e de acordo com a terminologia kantiana, não passava de uma ideia reguladora, tornou-se hoje, com uma “humanidade” completamente organizada e “ensimesmada”, num facto político esmagador. Assim, numa nova situação política na qual a “humanidade” assumiu um papel que antes era atribuído à natureza ou à história, também o novo direito abstracto de ter direitos, o direito de cada indivíduo de pertencer à “humanidade”, deve ser garantido, já não por uma comunidade, já não por uma nação, já não por um Estado, mas pela própria “humanidade”. Contudo, a mera pertença do homem à “humanidade” não lhe garante, antes pelo contrário, nenhum direito e nenhuma protecção. Sintomaticamente, a terminologia das declarações dos “dire-

⁴⁰ Cf. Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo*, Companhia das Letras, São Paulo, 1997, p. 334.





itos do homem” mantém uma afinidade electiva e uma estranha e perturbante semelhança de linguagem com as declarações das sociedades protectoras dos animais...Todavia, como refere Alexis de Tocqueville:

“O mesmo homem que parece estar cheio de *humanidade* para com os seus semelhantes quando eles são de condição igual à sua, fica insensível ao sofrimento quando deixa de haver *igualdade*. [...] É um facto que nestas épocas aristocráticas [contrariamente ao que acontece nas épocas democráticas] ninguém identifica a defesa do seu semelhante com a dedicação à causa da humanidade; mas, por outro lado, é aí frequente o sacrifício por outros homens”⁴¹.

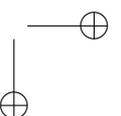
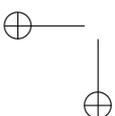
Expulso de uma comunidade concreta e privado de um lugar no mundo que torne a sua opinião significativa e a sua acção eficaz, expulso da “humanidade”, o direito “inalienável” do homem “na abstracta nudez de ser unicamente humano” é apenas o “direito do selvagem nu”. Como afirma Hannah Arendt:

“O grande perigo que advém da existência de pessoas forçadas a viver fora do mundo comum é que são devolvidas, em plena civilização, à sua elementaridade natural, à sua mera diferenciação. Falta-lhes aquela tremenda igualização de diferenças que advém do facto de serem cidadãos de alguma comunidade, e no entanto, como já não se lhes permite participar do artifício humano, passam a pertencer à raça humana da mesma forma que os animais pertencem a uma dada espécie de animais. O paradoxo da perda dos direitos humanos é que essa perda coincide com o instante em que a pessoa se torna um *ser humano em geral* – sem uma profissão, sem uma cidadania, sem uma opinião, sem uma acção pela qual se identifique e se especifique – e diferente em geral, nada representando além da sua individualidade absoluta e singular, a qual, privada da expressão e da acção sobre um mundo comum, perde todo o seu significado”⁴².

Com efeito, a referência abstracta e sumamente indefinida aos “direitos do homem”, frequentemente invocados independentemente de

⁴¹ Cf. Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América* [1835], p. 673 e p. 592.

⁴² Cf. Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo* [1951], pp. 335-336.





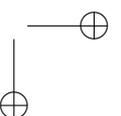
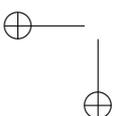
A Língua da “Correcção Política”

qualquer cuidado de concretização política, presta-se hoje, na língua “humanitária” da “correção política” que os veicula, a uma perversa exploração ideológica que, de tão inverificável, é quase sem limites.

Slavoj Žižek, analisando o bombardeamento da NATO na ex-Jugoslávia, na Sérvia, avaliou, com propriedade, o modo como funciona a referência aos direitos humanos na política internacional contemporânea. Trata-se, para ele, de desmontar o paradoxo que permite à NATO justificar o bombardeamento (dos sérvios) com base na referência abstracta aos direitos humanos (dos albaneses). Com efeito, a intervenção da Nato na Sérvia, feita a coberto de um “direito de ingerência humanitária”, seria impossível sem a prévia construção ideológica de um oportuno sujeito de direito: o *sujeito-vítima* capaz de a legitimar. O paradoxo presente nesta lógica de vitimização moralista, o paradoxo da vitimização a que Žižek chama “poesia despolitizada dos direitos humanos”, está em que o “outro” a proteger, precisamente o sujeito jurídico que se encontra ao abrigo dos direitos humanos, é “bom” *apenas e desde que* permaneça uma vítima. Na verdade, a partir do momento em que deixa de se comportar e de se conduzir com uma vítima, esse “outro” transforma-se facilmente (imediatamente) num outro “outro”: “terrorista”, “fundamentalista”, “combatente ilegal”, etc.

O problema que Žižek aqui tem em mente não é apenas o facto de a retórica vazia dos direitos humanos esconder interesses políticos particulares, mas o facto de a adopção de uma posição moral despolitizada como meio para conseguir uma posição política mais forte ser feita a expensas de uma desautorização radical da própria política. Em suma, ao alicerçar a sua intervenção numa “catástrofe humanitária” apenas em razões *puramente* morais e humanitárias, e não no contexto de uma luta política bem definida e plenamente assumida, a NATO despolitizou o sentido e o alcance da própria intervenção.

Com efeito, por detrás da retórica despolitizada do “direito de ingerência humanitária” invocado pela NATO, por detrás do seu “vamos apenas proteger os direitos humanos” (dos kosovares), escondia-se, na



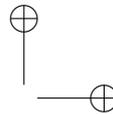
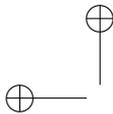
verdade, um acto político travestido, o acto perverso e violento de reduzir esse “outro” a uma vítima que *é e deve* permanecer impotente:

“Na minha opinião, quando a NATO interveio para proteger as vítimas do Kosovo, garantiu ao mesmo tempo que elas permaneceriam vítimas e que não seriam uma força político-militar activa, capaz de se defender. A estratégia da NATO foi perversa, no sentido freudiano do termo. A própria NATO foi co-responsável pela calamidade contra a qual se ofereceu como remédio, à semelhança da governanta louca do meu conto favorito de Patrícia Highsmith, chamado “Heroína”, que lança fogo à casa para conseguir provar a sua devoção à família salvando corajosamente as crianças das chamas”⁴³.

Numa época em que cada vez mais se organizam expedições militares em nome da “ética dos direitos humanos”, convém, desde logo, perguntar pelo que são e como se entendem hoje quer a “ética” quer os “direitos humanos”. Ora, a “ética”, na acepção niilista hoje prevalente, a “ética” tal como ela é actualmente publicitada e plebiscitada, é sobretudo a preocupação pelos “direitos do Homem”, ou, de um modo subsidiário, o cuidado devido aos direitos de todo o ser vivo. Como refere Alain Badiou, crítico feroz da despolitização da experiência levada a cabo em nome de uma “ética” reactiva e impotente:

”A ética é concebida ao mesmo tempo como capacidade *a priori* de distinguir o mal (pois no uso moderno da ética, o Mal – ou o negativo – são primeiros: pressupõe-se um consenso sobre o que é bárbaro) e como princípio último do juízo, em particular do juízo político: o bem é o que intervém visivelmente contra um Mal identificado *a priori*. O próprio direito é, em primeiro lugar, o direito “contra” o Mal. Se se exige o “Estado de direito” é porque apenas ele autoriza um espaço de identificação do Mal (é a “liberdade de opinião”, a qual, na visão ética, é, em primeiro lugar, liberdade de designar o Mal) e fornece os

⁴³ Cf. Slavoj Žižek, *Os direitos humanos e o nosso descontentamento*, Edições Pedagogo, Mangualde, 2007, p. 20.



A Língua da “Correcção Política”

meios para arbitrar quando a coisa não é clara (aparelho de precauções judiciais)”⁴⁴.

O problema com esta definição negativa da “ética” e com o carácter vitimário dos “direitos humanos” que lhe estão associados, é que ela pressupõe o homem como um sujeito cuja universalidade lhe advém do mero facto de se reconhecer a si mesmo como vítima. “A ética” – sublinha Badiou – “subordina a identificação desse sujeito ao reconhecimento universal do mal que lhe é feito. A ética define, portanto, o homem *como uma vítima*. Homem *é todo aquele que é capaz de se reconhecer a si mesmo como vítima*”⁴⁵.

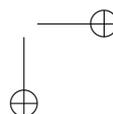
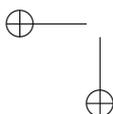
Ora, se os homens aspiram a uma vida política íntegra e digna, uma vida capaz de escorraçar a perversa impotência do “politicamente correcto”, devem ser capazes de rejeitar os pressupostos de uma “ética” negativamente definida pelos “direitos do homem” e pelas “acções humanitárias”. É, pois, necessário recusar os pressupostos de uma tal “ética” que se apresenta hoje como a nova “religião civil da humanidade”. É neste sentido que Alain Badiou pode dizer: “É preciso recusar o dispositivo ideológico da “ética”, nada conceder à definição negativa e vitimária do homem”⁴⁶.

Naturalmente, como todas as religiões, também esta “religião civil da humanidade”, que concede ao homem “direitos humanos”, tem os seus heréticos, os quais persistem em ver diferenças no interior da “humanidade”, não se coibindo – prudentemente! – de as designar. Evidentemente, como avisa Proudhon: “Quem diz humanidade, quer enganar!” Só que, quando a “religião civil” dos homens já só é uma “religião da humanidade”, tudo o que desagrada a essa religião começa também desgraçadamente, e cada vez mais, a *assemelhar-se* a um “crime contra a humanidade” (assim, se por acaso alguém diz que a sua vizinha do 4º esquerdo é “feia como um aborto” ou que “os africanos

⁴⁴ Cf. Alain Badiou, *L’étique. Essai sur la conscience du mal*, Hatier, Paris, 1993, p. 11.

⁴⁵ Cf. *Ibidem*, p. 12.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*, p. 17.

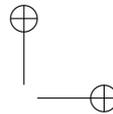
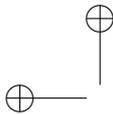


são preguiçosos”, está, desde logo, lançado na órbita de um “crime contra a humanidade”!)

A que ponto a nossa “civilização ocidental”, prisioneira das constringências democráticas da “correção política” e refém de um conceito bastardo de “igualdade”, aperfeiçoou o despotismo, quando este já nada parecia ter a aprender, é-nos magnificamente ensinado por Alexis de Tocqueville:

“Os príncipes tinham, por assim dizer, materializado a violência; as repúblicas democráticas actuais *intelectualizaram-na* tanto quanto a vontade humana que ela quer limitar. Sob o governo absoluto de um só, o despotismo feria grosseiramente o corpo para atingir a alma e, fugindo a esses golpes, esta elevava-se gloriosamente acima dele; mas não é assim que a tirania procede nas repúblicas democráticas: ela já não se ocupa do corpo; vai directamente à alma. Nelas o mestre já não diz: “ou pensais como eu, ou morrereis”, mas sim: “Vós tendes a liberdade de pensar de maneira totalmente diversa da minha; podeis conservar a vida e os bens, mas a partir desse dia sereis estrangeiros entre nós. Mantereis os vossos privilégios cívicos, mas eles tornar-se-ão inúteis, porque se vos quiserdes candidatar, os vossos concidadãos não vos concederão a sua confiança e se apenas lhes pedirdes a sua estima, até isso eles vos recusarão. Permanecereis entre os homens, mas perdereis o vosso direito à humanidade. Quando vos aproximardes dos vossos semelhantes eles fugirão de vós como se fôsseis um ser impuro e aqueles que acreditarem na vossa inocência, até esses vos abandonarão, pois saberão que, caso contrário, também fugirão deles. Ide em paz, deixo-vos a vida, mas deixo-vo-la pior do que a morte”⁴⁷.

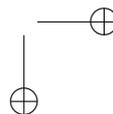
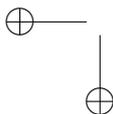
⁴⁷ Cf. Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América* [1835], pp. 304-305.



VI – CASOS DE ESTUDO DO “POLITICAMENTE CORRECTO”

Como primeiro exemplo concreto do carácter asfixiante da actual “correcção política”, evoco aqui o recorrente debate sobre a entrada da Turquia na União Europeia. Nele, os funcionários políticos europeus viram-se completamente incapacitados pelas constricções do “politicamente correcto”. Assim, no preciso momento em que se apercebem das enormes dificuldades práticas que a entrada daquele país na Europa levanta, e quando constatarem a hostilidade de uma grande parte do eleitorado a esse projecto – e eles desejam ser reeleitos! -, mostram-se incapazes de examinar a “questão turca” com um mínimo de inteligência e de honestidade. Porquê? Porque estão cativos da religião da “semelhança humana”. E porque isso os torna incapazes de reconhecer que a Turquia não faz parte da Europa, isto é, que os turcos são diferentes dos europeus. Fazê-lo, no nosso regime ideológico “correctista” paralisado pelos deveres “humanitários” da semelhança, seria quase negar a “humanidade” aos turcos. Entretanto, enquanto abundam as explicações de quão admirável foi a contribuição do Islão para a história da Europa, é “incorrecto” (proibido) falar da contribuição do cristianismo e mencionar este facto no Tratado Constitucional Europeu! Parece, pois, que a extensão indefinida da Europa é uma dessas leis religiosas “humanitárias” à qual a classe política europeia se sente obrigada a obedecer. Contudo, não se trata apenas de um mero erro estratégico, ou de uma contingência em que a política é tantas vezes fértil. Ao desprezar de maneira tão irresponsável e durante tanto tempo o “princípio da realidade”, e ao conduzir a Europa a uma “política do impossível”, o custo de regresso à realidade só pode ser exorbitante!

Como segundo exemplo, evoco agora as dificuldades do Papa Bento XVI aquando do seu polémico discurso, pronunciado na Universidade de Ratisbona, na Alemanha, no dia 12 de Setembro de 2006. Nesse discurso, o Papa cita um diálogo do imperador bizantino Manuel II Paleólogo (séc. V) com um persa culto sobre o cristianismo e o Islão,

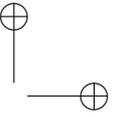
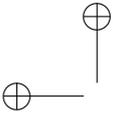


referindo o tema da fé e da razão. É neste contexto que Bento XVI faz uma citação relacionada com a questão da relação entre religião e violência. Eis a citação: “Mostra-me então – diz Manuel II Paleólogo ao persa – o que Maomé trouxe de novo. Não encontrarás senão coisas demoníacas e desumanas, tal como o mandamento de defender pela espada a fé que ele pregava”. E mais à frente Bento XVI sublinha: “A frase decisiva (de Manuel II Paleólogo) contra a conversão pela violência é: “Agir de modo irracional é contrário à natureza de Deus. Não agir racionalmente, não agir de acordo com o *logos*, é contrário à natureza de Deus””. “É a este grande *logos*, a esta amplitude da razão” – conclui Bento XVI – “que convidamos os nossos parceiros no *diálogo de culturas*.”

Alguns analistas quiseram então fazer passar a ideia de que os jornalistas seriam os responsáveis indirectos pelo modo como o mundo muçulmano, um pouco por todo o lado, reagiu – com violência – às palavras do Papa. A procura do “*sound-bite*”, da frase que impressiona, teria, segundo eles, traído o pensamento do Papa e o que ele, de facto, teria “querido dizer”. E isso constituiria um sério um aviso à própria Igreja que, de futuro, deveria estar mais atenta e vigilante no seu papel de *mediadora* autorizada das palavras do Papa.

Mas o que é que se passou, de facto, com as palavras de Bento XVI? Em primeiro lugar (desconfiando, porém, e desconfiando sempre, da presunção de uma qualquer “infallibilidade jornalística”), não serão certamente os jornalistas os responsáveis directos pelos equívocos e pelas reacções a que as declarações de Bento XVI deram origem. Indesejáveis reacções de violência, como é do conhecimento do público. Não se dê, pois, aqui razão ao dito: “Se a mensagem não é boa, mate-se o mensageiro”!

Posto isto, alguns analistas – na sequência, aliás, do comunicado que o próprio Vaticano, alguns dias depois, pôs a circular nos *media*, a fim de filtrar o sentido das palavras do Papa e assim minimizar os seus danos – entenderam que Bento XVI não tomou como fio condutor do seu discurso qualquer reflexão sobre o Islão, antes centrou as suas



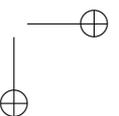
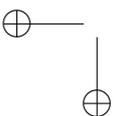
A Língua da “Correcção Política”

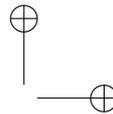
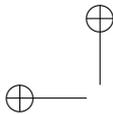
palavras na relação entre a razão e fé, por um lado, e na influência da cultura grega no cristianismo, por outro. Seja. Mas, pergunta-se agora: se, como o pretende Bento XVI nesse discurso, a “questão de Deus, no contexto da tradição cristã, deve” (ou já só pode?) “ser posta através do uso da razão”, será o Deus cristão um Deus apenas da razão? Será da essência da fé do cristão a crença absoluta na superioridade da razão (superioridade da razão justamente *sobre* a fé)? Será o cristianismo uma religião da razão e o próprio Deus cristão a figura absoluta do exercício da razão? Será o Deus cristão um Deus a quem os seus crentes já só podem defender exclusivamente mediante o uso da razão?

A ser assim, então o cristianismo ter-se-ia tornado numa pura ciência (*fé na razão*), aparecendo a própria fé cristã como uma relíquia violenta e atávica de um passado irracional. Contudo, que o cristianismo, mergulhado como está numa crise de prática da sua própria fé, já só se possa defender pela *razão*, é perigoso sobretudo para a *fé* cristã e para a sobrevivência dos próprios cristãos. Com efeito, “o mandamento de defender pela espada a fé que ele pregava”, frase de Manuel II Paleólogo sobre o carácter específico do credo de Maomé, frase que Bento XVI aqui cita, justamente, com o fim de ilustrar o carácter violento (irracional) do Islão, esse mandamento, que essa frase cita, não pode aqui (no discurso de Bento XVI) ser senão repudiado. Por conseguinte, ao contrário do que parece ser a *intenção* que alguns analistas alinhados atribuem às palavras proferidas por Bento XVI, essa citação deve, e precisamente no contexto em que é feita, ser justamente tomada e entendida como uma condenação explícita (feita, é certo, entre as linhas) da violência do Islão. Com efeito, ela corresponde quer ao que Bento XVI *efectivamente disse* quer ao que “quis dizer” mas aparentemente não disse. No fundo, o conteúdo dessa passagem reflecte apenas o que Bento XVI, em privado, efectivamente pensa do Islão. Na verdade, pode, aliás, dizer-se que caso Bento XVI assim não pensasse é que seria de estranhar!

Convém, no entanto, sublinhar aquele que, entre todos, parece ser o aspecto essencial de toda a polémica que as suas palavras suscitaram:

www.lusosofia.net

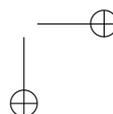
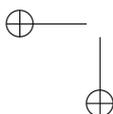




que, enquanto Papa, Bento XVI não possa dizer expressamente em público o que “aparentemente disse” mas “não quis dizer”, isso é uma questão que deveria merecer uma maior atenção – atenção de todos os cristãos em geral, mas, por maioria de razão, atenção dos jornalistas cristãos em particular. Porquê? Justamente porque aquele mandamento – “defender pela espada a fé que Maomé pregava” – subsume tudo o que é contrário ao Deus racional do cristianismo: a *Razão e a Paz*. Contudo, interpretando, desapaixonadamente, o sentido das palavras de Bento XVI (que, mais tarde, se defendeu atabalhoadamente e deu o dito por não dito: “Trata-se de uma citação de um texto medieval, que não exprime de forma alguma o meu pensamento pessoal”), talvez se devesse aqui sobretudo perguntar: *até onde pode a prudência ocultar a cobardia? Até onde pode a prudência e a hipocrisia do “politicamente correcto” ocultar a cobardia do “politicamente correcto”?*

VII – APOSTASIA DO “POLITICAMENTE CORRECTO”

No entender de John Stuart Mill, o autor contemporâneo que melhor reflectiu sobre as questões delicadas que aqui estão em jogo, a mais nefasta das consequências da perseguição legal e moral das opiniões, que a actual língua da “correção política” não pode deixar de produzir, é que ela impeça uma discussão leal e profunda das opiniões heterodoxas, criando assim uma atmosfera permanente de medo e de hipocrisia, atmosfera de duplicidade e de mentira em que vigora a “*má-fé*”. É esta “*má-fé*” que, segundo Mill, faz com que homens de uma compreensão subtil e requintada passem por vezes uma vida inteira a lutar contra o seu próprio intelecto e a tentar – sem êxito – silenciar os recursos do seu talento, na tentativa vã de assim reconciliarem as exigências das suas consciências com os raciocínios aceites pela *ortodoxia*.





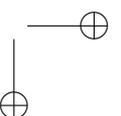
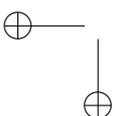
A Língua da “Correcção Política”

Na sua obra “*Da Democracia na América*”, Alexis de Tocqueville descreve precocemente os mecanismos de censura e o *modus operandi* da *ortodoxia* do “politicamente correcto” da sociedade norte-americana do seu tempo chamando-lhe “*despotismo da maioria*”, “*tirania da maioria*”, ou ainda “império da maioria”. Com efeito, Tocqueville diz-nos que nos Estados Unidos da América, enquanto a maioria não se afirmou ainda, se discute; mas refere também que logo que essa maioria se pronuncia irrevogavelmente, todos se calam e que tanto os seus amigos como os seus inimigos parecem então concordar em segui-la:

“Na América, a maioria encerra o pensamento dentro de um círculo de ferro. Dentro desses limites, o escritor é livre, mas infeliz daquele que ouse infringi-los! Não é que tenha a recear um auto de fé, mas fica exposto a dissabores de todo o tipo e a perseguições diárias. A carreira política é-lhe vedada por se ter insurgido contra o único poder que tem a possibilidade de lha conceder. Recusam-lhe tudo, até a glória. Antes de publicar as suas opiniões, julgava ter partidários; agora que as revelou a todos, parece que já não os tem, pois aqueles que o censuram exprimem-se em voz alta e aqueles que pensam como ele, sem terem a sua coragem, calam-se e afastam-se. Ele cede, acabando finalmente por vergar-se sob o esforço de todos os dias e volta ao silêncio, como se experimentasse remorsos por ter dito a verdade”⁴⁸.

Regressando a John Stuart Mill: apesar de este autor considerar que o “medo da heresia” ou o “receio da especulação heterodoxa”, não são, por si mesmos, capazes de destruir ou eliminar a existência das opiniões dissidentes, a verdade é que ele reconhece que o seu efeito inibidor leva os homens a disfarçá-las, e, temendo eles o “estigma social” que as sanções legais vêm reforçar, é o próprio princípio da livre discussão de opiniões que assim se vê inquinado nos seus fundamentos. Mais: como, segundo John Stuart Mill, na ausência de uma discussão livre são esquecidos não apenas os “fundamentos da opinião”, mas também o próprio “significado da opinião”, isso quer dizer que ao confinar a existência da heresia ao âmbito privado, aí a silenciando e

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 304.



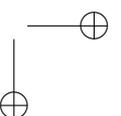
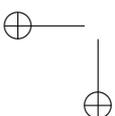


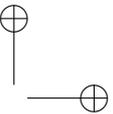
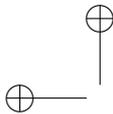
aí voltando os seus potenciais danos contra aquele que teve a coragem de a pronunciar, é a própria comunidade, na medida em que perde de vista a utilidade pública da diversidade de opiniões, que assim se vê prejudicada:

Concluo, evocando, a propósito, as palavras avisadas de John Stuart Mill:

“Um estado de coisas em que uma grande parte dos possuidores das inteligências mais activas e inquiridoras considera aconselhável *manter calados os princípios e os fundamentos gerais das suas convicções* e tenta, *naquilo que se dirige ao público*, adequar, tanto quanto possível, as suas próprias conclusões às premissas a que renunciara interiormente não pode produzir personalidades francas, destemidas, nem interesses lógicos, coerentes, tais como os que outrora adornaram o mundo pensante. O tipo de homens que neles devemos procurar, ou são meros conformistas de lugares-comuns, ou oportunistas da verdade, cujos argumentos sobre todos os grandes temas se destinam aos seus ouvintes, não sendo aqueles de que eles próprios estão convencidos. Os que evitam esta alternativa fazem-no limitando os seus pensamentos e interesses a assuntos que podem ser discutidos *sem entrar no campo dos princípios*, isto é, a pequenas questões práticas que surgiriam por si sós se as mentes dos homens se encontrassem fortalecidas e liberais, o que nunca efectivamente acontecerá enquanto estiver posto de lado aquilo que fortalece e alarga as mentes dos homens: *a especulação livre e ousada sobre as mais elevadas questões*. [...] Mas não são as mentes dos hereges que mais prejuízo sofrem com a proibição de todas as indagações que não terminam com conclusões ortodoxas. O maior dano é feito aos que não são hereges, cujo desenvolvimento mental é constrangido e o raciocínio limitado pelo *medo da heresia*”⁴⁹.

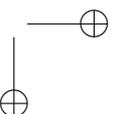
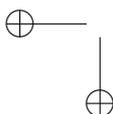
⁴⁹ Cf. *Ibidem*, p. 304.





BIBLIOGRAFIA

- ARENDT, Hannah, *Origens do Totalitarismo* [1951], Companhia das Letras, São Paulo, 1997.
 - BADIOU, Alain, *L'étique. Essai sur la conscience du mal*, Hatier, Paris, 1993.
 - BENJAMIN, Walter, “Teoria das Semelhanças”, in *Sobre Arte, Técnica, Política e Linguagem*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 1992.
 - BRANCO, Camilo Castelo, “Dispersos”, III, 202-204, citado por M. Rodrigues Lapa in *Estilística da língua portuguesa*, Coimbra Editora, 11ª edição, 1984.
 - BRYSON, Bill, *Made in America* [1994], Quetzal Editores, Lisboa, 2006.
 - ECO, Umberto, *A passo de caranguejo* [2006], Difel Editores, Lisboa, 2007.
 - ESPINOSA, Bento, *Tratado da Reforma do Entendimento*, Edições Setenta, Lisboa, 1987.
 - FOUCAULT, Michel, *L'ordre du discours*, Gallimard, Paris, 1971.
 - FRANKFURT, Harry G., *Da treta* [2005], Livros de Areia Editores, 2006.
- GARNER, James
- Finn, *Histórias tradicionais politicamente correctas* [1994], Editora Gradiva, Lisboa, 1996.
 - JARDIM, Ricardo França, “A semântica pós-moderna politicamente correcta”, “Pública”, n.º 186, 19 Dezembro 1999.



- KLEMPERER, Victor, *LTI – La langue do IIIe Reich* [1975], Éditions Albin Michel, Paris, 1996.
- LAPA, M. Rodrigues, *Estilística da língua portuguesa*, Coimbra Editora, 11^a edição, 1984.
- MADISON, James, *O Federalista*, Edições Colibri, Lisboa, 2003.
- MARQUES, António, “Breve nota etimológica”, in *Da treta* [2005], Harry G. Frankfurt, Livros de Areia Editores, 2006.
- MILL, John Stuart, *Sobre a Liberdade* [1859], Publicações Europa-América, Mem Martins, 1997.
- ORWELL, George, *Mil novecentos e oitenta e quatro*, tradução de Paulo Santa-Rita e prefácio de Álvaro Ribeiro, Editora Ulisseia, Lisboa, 1955
- ORWELL, George, “Os Princípios da Novilíngua”, in *Mil novecentos e oitenta e quatro*, tradução de Ana Luísa Faria, Editora Antígona, Lisboa, 2004.
- ORWELL, George, “Politics and the English Language” [1946], in *Why I Write*, Penguin Books, Great Ideas, 2004.
- PASCAL, Blaise, “*Pensées*”, in *Œuvres complètes*, présentation et notes de Louis Lafuma, Éditions du Seuil, Paris, 1963.
- PASOLINI, Pier Paolo, “17 de Maio de 1973 – Análise linguística de um slogan”, in *Escritos corsários e cartas luteranas – uma antologia* [1975], Assírio & Alvim, Lisboa, 2006.
- PEREIRA, José Pacheco, “Hábitos velhos e relhos”, {*Público*, 31 de Marco de 2007.
- PESSOA, Fernando, *Poesias* de Álvaro de Campos, Edições Ática, Lisboa, 1986.



A Língua da “Correcção Política”

- ROTH, Phillip, *The Human Stain*, Vintage Books, Random House, New York, 2001.
- STEINER, George, *Linguagem e silêncio* [1958], Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1988.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, *Da Democracia na América* [1835], Editora Principia, São João do Estoril, 2001.
- ZIZEK, Slavoj, *Os direitos humanos e o nosso descontentamento* [1999], Edições Pedagogo, Mangualde, 2007.

